



PADEC EME

01/2018
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885



© 2015 PADECENE

A PADECENE é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895
e-mail: padecemeonline@eeme.ensino.eb.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda RICHARD FERNANDEZ NUNES

Editor

Ten Cel Art JOÃO RICARDO DA CUNHA CROCE LOPES

Comissão Editorial

Cel CAV FLAVIO ROBERTO BEZERRA MORGADO
Cel ONA-Espanha JESÚS ÁNGEL PADIN LEIRACHA
Ten Cel ENG EDUARDO HENRIQUE DA SILVA BASTOS
Ten Cel ART JOÃO RICARDO DA CUNHA CROCE LOPES
Ten Cel MB CESAR JACKSON SILVA SOUSA
Ten Cel INF GIAN DÉRMARIO DA SILVA
Ten Cel ONA-EUA ANDREW PHILIP SANDERS
Maj COM RONALDO ANDRÉ FURTADO

Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel ART JOÃO RICARDO DA CUNHA CROCE LOPES

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Foto da capa

Exército na Operação Rio 92 - Acervo digital

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Gratuita)
Disponível também em: <www.eeme.ensino.eb.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123	PADECENE. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME, 2002- . v. : il.; 23 cm.
	Semestral
	Publicada dos n.1-14 com o título PADECENE entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração. ISSN : 1677-1885
	1.DOUTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).
	CDD 355

Editorial

CARÍSSIMOS LEITORES,

O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS PARA O CUMPRIMENTO DE MISSÕES DE NATUREZA DISTINTA DAS QUE LHE SÃO TRADICIONALMENTE ATRIBUÍDAS NOS CONFLITOS BÉLICOS, NOS QUAIS A EXPRESSÃO MILITAR DO PODER ASSUME PAPEL PREDOMINANTE, TEM SE INTENSIFICADO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, EM TODAS AS PARTES DO GLOBO. AS CHAMADAS OPERAÇÕES DE NÃO-GUERRA, EM QUE AS CAPACIDADES MILITARES TÊM DE SE ADEQUAR A AMBIENTES COMPLEXOS, VOLÁTEIS E COM INTENSA PARTICIPAÇÃO DE ATORES DIVERSOS, COM OU SEM O EMPREGO DELIBERADO DA FORÇA, CONFIGURAM CENÁRIO CADA VEZ MAIS COMUM A SER ENFRENTADO.

NAS EDIÇÕES DO ANO DE 2017, ABORDAMOS OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO EXPERIMENTADOS POR FORÇAS ARMADAS DE DIVERSOS PAÍSES E ALGUMAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE SEGURANÇA E DEFESA, BEM COMO AS ESTRATÉGIAS MILITARES DECORRENTES, PARA A CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS COMPATÍVEIS COM OS DESAFIOS TRAZIDOS PELA ORDEM MUNDIAL EM FRANCA REESTRUTURAÇÃO.

NESTA PRIMEIRA EDIÇÃO DE 2018, CONTINUAMOS A ENFATIZAR O AMBIENTE INTERNACIONAL, AGORA, BUSCANDO SUBSÍDIOS PARA MELHOR COMPREENDER COMO FORÇAS ARMADAS DE PAÍSES COM PERFIS BASTANTE HETEROGÊNEOS SE ORGANIZAM, EQUIPAM-SE E ADESTRAM-SE PARA OBTEREM ÉXITO NAS OPERAÇÕES DE NÃO-GUERRA.

COMO INTRODUÇÃO À APRECIAÇÃO DESSAS EXPERIÊNCIAS, APRESENTAMOS O MODO COMO ESSE ASSUNTO ESTÁ INSERIDO NO CURRÍCULO DA ESCOLA, ONDE SE CONSTATA QUE O ENSINO DAS OPERAÇÕES MILITARES NAS SITUAÇÕES DE NÃO-GUERRA, TÍPICAS DE AMBIENTES INTERAGÊNCIAS, FAZ PARTE DA DISCIPLINA FORÇA TERRESTRE COMPONENTE (FTC) NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS (OCCA). NA SEQUÊNCIA, TRAZEMOS A LUME CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS SOBRE O TEMA POR INSTRutores DA ECEME EM MISSÕES NO EXTERIOR, NOTADAMENTE NA CHINA, NA COLÔMBIA, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NO MÉXICO E NA NICARÁGUa.

CABE DESTACAR QUE A TEMÁTICA ESCOLHIDA PARA ESTA EDIÇÃO DO PADECENE ESTÁ PERFEITAMENTE ALINHADA COM O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL VIVENCIADO PELA ESCOLA E COM A METODOLOGIA DO ENSINO POR COMPETÊNCIAS, PROPORCIONANDO OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO ACERCA DA MATÉRIA.

AGRADEÇO, POR FIM, AOS AUTORES DOS ARTIGOS INSERIDOS NESTA EDIÇÃO E SUGIRO AOS DIPLOMADOS DA ECEME O APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES POR ELES PROPOSTAS, POR MEIO DA COLABORAÇÃO COM O OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA, DA PARTICIPAÇÃO NOS ENCONTROS DOS GUARDIÕES DO SABER, E DA REDAÇÃO DE TEXTOS PARA PUBLICAÇÃO NAS REVISTAS EDITADAS POR ESTA ESCOLA.

BOA LEITURA.

GENERAL DE BRIGADA RICHARD FERNANDEZ NUNES
COMANDANTE DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
(ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO)



Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à Doutrina Militar Terrestre acesse:

Departamento de Educação e Cultura do Exército
- Portal da Doutrina -

<http://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>

Centro de Doutrina do Exército

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>

SUMÁRIO

A expertise militar Colombiana e a Ação Integral
TC Cav FÁBIO CORDEIRO PACHECO 6-23

A atuação das Forças Armadas Chinesas em situação de Não-Guerra
TC Inf MARCELO MARTINI MONTEIRO 24-36

A evolução doutrinária do conceito de Operações de Não-Guerra nos Estados Unidos da América
TC Art SANDRO ENERSTRO GOMES 37-51

A atuação das Forças Armadas Mexicanas em situação de Não-Guerra
TC Inf TIAGO CORRADI JUNQUEIRA PINTO 52-63

A atuação das Forças Armadas Nicaraguenses em situação de Não-Guerra
TC Inf FRANCISCO DE ASSIS COSTA ALMEIDA JÚNIOR 64-78

O estudo das operações militares em situação de não guerra
TC Inf GUSTAVO ASSAD DE PRAGA RODRIGUES 79-89



A EXPERTISE MILITAR COLOMBIANA E A AÇÃO INTEGRAL

Tenente-Coronel Fábio CORDEIRO PACHECO¹

1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas Colombianas, em particular o seu Exército, estão na atualidade permanentemente empenhadas na condução de Operações de Não-Guerra dentro de seu território. Esse esforço abarca parcela significativa do amplo escopo de responsabilidades impostas ao Ministério da Defesa do país no seu mistér de garantir a Segurança Pública Defesa da Pátria e a Segurança Cidadã², essenciais ao progresso e ao desenvolvimento nacional.

A Colômbia é um país bioceânico, cujo território de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados conecta a América do Sul à América Central e se debruça sobre o Caribe. Sua população de cerca de 48 milhões de habitantes³ está distribuída de maneira irregular por seu território que se caracteriza por uma difícil articulação, uma vez que é cortado longitudinalmente por três cadeias montanhosas que compõe a Cordilheira dos Andes. A orografia do país impacta diretamente no estabelecimento de linhas de comunicação e transporte que integram de maneira efetiva todo o território nacional. Como resultado, o Estado não se faz presente em vários rincões, sobretudo, nas periferias Pacífica, Setentrional (fronteira com o Panamá) e Amazônica. Essa última apresenta 1644 Km de limite fronteiriço com o Brasil.

A ausência do Estado em vastas áreas do país, somada a outros fatores atinentes majoritariamente às expressões psicossocial e política contribuíram para o surgimento nos anos 60 de grupos revolucionários de orientação comunista e para a organização de poderosos cartéis, a partir dos anos 80, especializados na produção em larga escala de narcóticos. Essas duas ameaças vêm polarizando o emprego das Forças Armadas e da Polícia Nacional Colombiana nos últimos cinquenta anos. A partir dos anos 90 registrou-se a convergência dessas duas ameaças decorrente do fim da URSS e consequente perda de impulsão do Movimento

1 O autor é ex-instrutor da ECEME, atual Comandante do 6º RCB e realizou o Curso de Estado -Maior das Forças Armadas da Colômbia em 2014.

2 A proteção universal aos cidadãos em face aos delitos e contravenções que afetem a sua dignidade, sua segurança pessoal e de seus bens e em face ao temor da insegurança (tradução do autor). Disponível em <http://wsp.presidencia.gov.co/Seguridad-Ciudadana/consejeria/paginas/politica.aspx>.

3 Estimado no ano de 2015 pelo DANE (Departamento Nacional de Estatística).

Comunista Internacional no patrocínio de seus focos revolucionários ao redor do globo.

Esse cenário complexo tem orientado as Forças Armadas Colombianas em organizar suas capacidades preponderantemente voltadas à atuação no plano interno. O Exército Colombiano, em particular, tem seus meios e doutrina voltados ao combate a essas duas ameaças que comumente se manifestavam, até o fim do século XX, evidenciando ações ostensivas e, desde então, assumiram um perfil mais discreto, operando cada vez mais imersas em meio à população colombiana.

O esforço militar cotidiano para a neutralização do narcoterrorismo revolucionário que atenta contra a sua estabilidade daquela Nação Amiga se reveste de grande importância para o seu entorno regional. A convergência das ameaças redundou na prática de vários crimes transnacionais com potencial para irradiar violência e instabilidade aos países vizinhos, dentre esses o Brasil.

Como combater essa ameaça? A seguir, será apresentado o perfil de emprego do Exército Colombiano concebido para as operações, classificadas segundo a Doutrina Militar Terrestre (DMT) Brasileira como de Não Guerra, desenvolvidas dentro seu território, em conformidade com a Carta Magna daquela nação amiga, bem como com as Políticas Setoriais de Segurança e Defesa vigentes.

2. ANTECEDENTES E A PROBLEMATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A vitória dos patriotas criollos, em conjunto com combatentes negros e indígenas, sobre as forças do Vice-reino Espanhol de Nova Granada⁴ na Batalha de Boyacá, em 7 de agosto de 1819, materializou a independência do país e o surgimento de seu Exército Nacional.

Durante a consolidação da independência e de seu território seguiram-se escaramuças com o Exército Peruano em 1829, na Batalla del Portete de Tarqui, que pode-se considerar o primeiro embate colombiano no plano externo. Outras campanhas colombianas no plano internacional foram: em 1932, novamente contra o Peru para a retomada da Região de Letícia e, em 1951, com o empenho de um batalhão como parte do esforço das Nações Unidas para conter a agressão da Coréia do Norte e seus aliados e garantir a independência da Coréia do Sul.

Aparte de seus modestos desdobramentos além de suas fronteiras, pode-se afirmar que em seus quase duzentos anos de existência, o Exército Colombiano desempenhou um papel fundamental na consolidação do país e em sua estabilidade interna. Imediatamente após a independência a nação foi palco de diversos conflitos internos advindos do choque de posições políticas entre Federalistas (liberais) e Centralistas (conservadores). O Exército, ainda que não

4 Denominação dada em 27 de maio de 1717 a uma jurisdição colonial do Reino de Espanha no noroeste da América do Sul, correspondendo principalmente ao território dos atuais Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela.



adequadamente equipado e organizado, em conjunto com as milícias e corpos de polícia provinciais⁵ e municipais, manteve a ordem e a união do país.

Em 1891, com o amadurecimento do Estado como uma República Presidencialista Unitária⁶, foi criado pelo Presidente Carlos Holguin um Corpo de Polícia Nacional, embrião da Polícia Nacional Colombiana (PNC). Organizado em uma estrutura militar, hierarquizada em postos e graduações à semelhança do Exército, o Corpo de Polícia Nacional assumiu a tarefa de assegurar o cumprimento das leis em todo o país assim como prevenir e reprimir a prática de delitos, crimes e contravenções. Com isso, foram extintas todas as organizações policiais anteriormente vigentes, de âmbito departamental e municipal.

A Constituição de 1886 define o Exército como Instituição Nacional Permanente, assim como o funcionamento do serviço militar. No tocante ao serviço policial, apesar de sua existência, somente através do Ato Legislativo Nº 1, de 16 de fevereiro de 1945, que reforma a Carta de 1886, é que se ampara constitucionalmente o funcionamento da Polícia Nacional.

O entendimento da constituição de 1991 é fundamental para distinguir legalmente as responsabilidades atuais das Forças Armadas e da Polícia Nacional atinentes às operações desenvolvidas dentro do território colombiano.

Art 216. A Força Pública estará integrada exclusivamente pelas Forças Militares e a Polícia Nacional.

[...]

Art 217. A Nação terá para a sua defesa Forças Militares permanentes constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea. As Forças Militares terão como finalidade primordial a defesa da soberania, a independência e a integridade do território nacional e da ordem constitucional.

Art 218. A lei organizará o Corpo de Polícia.

A Polícia Nacional é um corpo armado permanente de natureza civil, a cargo da Nação, cujo fim primordial é a manutenção das condições necessárias para o exercício dos direitos e liberdades públicas, e para assegurar que os habitantes da Colômbia convivam em paz. (COLOMBIA, 1991)

Apesar de formado como corpo de natureza civil, a Polícia Nacional organiza seu efetivo profissional em Oficiais e Praças⁷. Os postos são iguais aos do

⁵ Após a independência (1819) o país foi organizado em províncias, estados e, após 1886, em departamentos (vigentes até a atualidade com base na Constituição de 1991).

⁶ O país experimentou o modelo federalista entre os anos de 1886-1905 dividido em nove estados (Antioquia, Bolívar, Boyacá, Cauca, Cundinamarca, Magdalena, Panamá, Santander e Tolima).

⁷ Chamados também de Pessoal Executivo.

guarda-se a equivalência hierárquica com o estamento militar. Quanto ao efetivo variável, também é possível para o jovem colombiano prestar o seu serviço militar obrigatório na Polícia Nacional.

O Ministro de Estado da Defesa do país dirige as ações do Comandante Geral das Forças Militares assim como do Diretor da Polícia Nacional, ambos oficiais-generais do mais alto nível⁸. O orçamento da Defesa é da ordem de 3,0% do PIB⁹, sendo distribuído da seguinte forma: aproximadamente 1,4% para as Forças Armadas e 1,6% para a Polícia Nacional¹⁰.

Tabela 1 – Efetivo da Força Pública

FORÇA	EFETIVO	FORÇA	EFETIVO
Exército (2014)	246.325	Força Aérea (2014)	13.928
Marinha (2014)	33.824	Polícia Nacional (2015)	183.157

Fonte: Ministério da Defesa da Colômbia

A realidade Colombiana há muito impõe que todos os recursos armados do estado estejam permanentemente empenhados para garantir a sua existência. Desde 1899, com a Guerra dos Mil Dias entre militantes dos Partidos Conservador e Liberal, a Polícia e as Forças Armadas voltaram-se ao ambiente interno para garantir a lei e a ordem.

Essa rivalidade promoveu outro período de instabilidade, em 1949, quando o assassinato do líder liberal Jorge Eliecer Gaitán desencadeou uma onda de violência que, a partir de Bogotá, engolfou todo o país. A desordem foi tamanha que as lideranças dos dois partidos acordaram em 1953 que o Exército deveria assumir o poder e estabilizar o país.

A seguir, ainda sob o antagonismo dessas duas correntes se inicia na Colômbia o combate aos grupos guerrilheiros de orientação comunista, inspirados na militância liberal das décadas anteriores, tal ameaça absorve os esforços da Força Pública desde os anos 60.

A partir dos anos 70 uma nova ameaça desponta no país. A conjugação de fatores como clima, temperatura, relevo e natureza do solo, associados com à ausência do Estado em boa parte do território levaram a Colômbia a se tornar o maior produtor global de pasta base de cocaína. Deve-se elencar também a proximidade da Colômbia em relação ao território norte-americano, principal mercado consumidor de drogas à nível mundial, como fator preponderante à conformação desse cenário.

⁸ Equivalentes ao posto de General-de-Exército.

⁹ Dado de 2014. Segundo o Ministério da Fazenda da Colômbia, a previsão é de 3,5% do PIB para 2017.

¹⁰ Dado disposto pelo Exmo Sr Ministro da Defesa Juan Carlos Pinzón no ano de 2014 em conferência assistida pelo autor na *Escuela Superior de Guerra*, em Bogotá.



Nos anos 80, a produção de folha de coca, seu refino e tráfico atingiram níveis alarmantes. A colheita da folha de coca, seu refino e distribuição passaram a ser caracterizadas por uma administração com viés empresarial que deu origem a estruturas denominadas cartéis. Nesse contexto destacaram-se os dois de maior expressão: o de Medellín sob condução de Pablo Escobar e o de Cali, menos verticalizado, chefiado pela família Rodríguez.

Apesar da estruturação empresarial, os cartéis nunca deixaram de ser grupos criminais, considerando a ilicitude da produção e tráfico dessa droga. Nesse contexto é importante salientar que essas estruturas sempre fizeram uso irrestrito da violência para garantir seus interesses.

No caso específico do Cartel de Medellín e seu líder Pablo Escobar, que chegou a ser considerado o homem mais rico do mundo, essa violência chegou a níveis até então inéditos no país, inclusive com a consecução de atos terroristas dirigidos à população, autoridades e à administração pública colombianas.

Mesmo diante de alguns revezes como a própria morte de Escobar em 1993, o modelo do narcotráfico seguiu em expansão no país. Todavia, se registra nessa década a inserção de um novo ator no difuso cenário de segurança e defesa colombiano: os paramilitares.

Basicamente organizados como milícias de autodefesa rurais destinadas a combater as guerrilhas eram financiadas principalmente pelos produtores rurais que sofriam roubos, sequestros, extorsões, assassinatos e expulsão de suas terras pelos guerrilheiros, os paramilitares passaram também a exercer influência em parcela do território colombiano. Não demorou para que alguns grupos, que possuíam liberdade de ação em suas áreas de influência, também enveredassem para o lucrativo negócio do narcotráfico.

A essa época, uma década após a desestruturação da URSS e a desestruturação do comunismo, o modelo de financiamento revolucionário experimentou um esgotamento. Diante dessa realidade os grupos guerrilheiros se voltaram para uma atividade que já se encontrava consolidada nas regiões onde o Estado e, por conseguinte, a lei e a ordem não se faziam presentes: a produção e refino da pasta base de cocaína.

Em decorrência, os principais cartéis buscaram acomodar-se diante da nova atividade econômica desempenhada pelos paramilitares e pela guerrilha e a produção e o tráfico de cocaína passaram a representar o elo conector da, até então difusa, miríade de atores geradores de violência e instabilidade na Colômbia. Gradualmente o proselitismo político daqueles que objetivavam a tomada do Estado à força e implantação no país de um regime ditatorial comunista, assim como a crença em seus dogmas desmoronaram diante da pragmática força dos narco-dólares.

Tabela 2: Atuação de Grupos Armados nos municípios colombianos.

Grupo Armado	Período 1/11/2007 à 31/12/2009		Período 1/05/2010 à 31/05/2011	
	Número de municípios	Percentual (sobre o Nr Total de municípios)	Número de municípios	Percentual (sobre o Nr Total de municípios)
FARC	296	26,45%	169	15,10%
ELN	105	9,38%	28	2,50%
Neoparamilitares	253	22,61%	71	6,34%
Total	654	58,4%	268	23,9%

Fonte: Centro de Recursos para el análisis del conflicto-CERAC- (2012)

Diante de um cenário generalizado de violência é lícito inferir que o Estado se viu há muito obrigado a aplicar todas as suas armas e Forças para garantir o cumprimento das leis e a ordem pública.

Conforme disposto no Art. 218 da Constituição Colombiana a convivência pacífica do povo colombiano, assim como seu pleno exercício dos direitos e liberdades públicas constituem a missão da PNC. Na prática, essa força mantém seus meios em pessoal e material concentrados preponderantemente nos principais perímetros urbanos. A sua presença nas periferias do território colombiano, quando existe, é rarefeita.

Em função disso, as Forças Armadas, com base no Art. 217, preenchem esse hiato, sobretudo, nas regiões de difícil acesso representando, normalmente, a presença do Estado em inúmeros povoados e vilas afastados das sedes municipais.

3. AS OPERAÇÕES DE NÃO GUERRA

De forma geral, as operações desenvolvidas pelo Exército Colombiano dentro do seu território, em conjunto com as outras Forças Singulares e integradas à diversos outros órgãos do Estado, voltadas para neutralizar as guerrilhas e grupos criminais, podem ser classificadas, grosso modo, à luz dos conceitos brasileiros, como Operações de Não Guerra.

Em consonância com a Doutrina Militar Terrestre Brasileira as Operações de Não Guerra abarcam as Operações Básicas de Pacificação e de Apoio aos Órgãos Governamentais, contemplando ainda as Operações Complementares e Ações Comuns às Operações Terrestres necessárias ao desencadeamento das primeiras.



Tabela 3 – Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais

Formas de Apoio aos Órgãos Governamentais	Tarefas
- Proteção Integrada	Garantir os Poderes Constitucionais Garantir a Lei e a Ordem Proteger Estruturas Estratégicas Realizar Ações na Faixa de Fronteira Prevenir e combater o terrorismo
- Ações sob a égide de organismos internacionais	
- Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise	
- Atribuições subsidiárias	
- Outras formas de apoio designadas ou funções atribuídas por Lei	De acordo com os diplomas legais

Fonte: EB20-MF-10.103

É importante destacar ainda que a decretação de estado de exceção para o combate aos grupos armados geradores de violência na Colômbia em alternância com períodos de normalidade institucional vem caracterizando o cenário interno desde 1964. Entretanto, no século XXI essa rotina perdeu impulso. Isso implica que todos os direitos e garantias constitucionais seguem em vigor, tornando mais sensível e difícil para os militares desenvolverem suas operações no cenário interno.

Pelo exposto, pode-se inferir que há uma grande semelhança com o que se classifica na DMT como uma Operação Básica de Pacificação (quando direitos e garantias são suspensos) e como de Operação Básica de Apoio aos Órgãos Governamentais, forma de apoio Proteção Integrada, na tarefa Operações de Garantia da Lei e da Ordem (em meio a normalidade institucional).

4. A AÇÃO INTEGRAL

O combate aos grupos guerrilheiros de orientação comunista na Colômbia absorve os esforços da Força Pública desde os anos 60. Apesar de inúmeros avanços e retrocessos em busca do término dessa luta fratricida, somente no Governo do Presidente Álvaro Uribe sob os auspícios do Plano Colômbia manifestou a real identificação das causas do problema e, para a solução sistematizou a Ação Integral (AI) do Estado, por meio da Chefia de Ação Integral do Exército, como principal instrumento para derrotar a subversão.

Ação Integral é definida pelo Comando General das Forças Militares como o desenvolvimento e coordenação permanente de ações políticas, econômicas, sociais e militares orientadas a fortalecer as estruturas básicas do Estado e garantir a defesa, a proteção dos direitos e liberdades da sociedade para que os cidadãos colombianos, fazendo uso de sua liberdade, seus direitos e deveres constitucionais alcancem e

gozem de uma paz justa digna e duradoura, que permita um adequado desenvolvimento e progresso. (TOVAR, 2006, p. 6) (tradução do autor)

Neste período, uma década após a desestruturação da URSS, o modelo de financiamento revolucionário já se encontrava consolidado sobre a produção e refino da pasta base de cocaína. Os principais cartéis buscaram acomodar-se diante da nova atividade econômica desempenhada para a guerrilha e o que se observava no país era a incapacidade do Estado de atuar em grande parte de seu território. A violência político-terrorista dos guerrilheiros se aliava a violência criminal. Nesse momento, os efetivos guerrilheiros aproximavam-se de 50.000 integrantes e muitos intelectuais e acadêmicos profetizavam a falência do Estado.

Com base no perfil de atuação das forças subversivas que tentavam tomar o poder no país para a instalação de um governo totalitarista de orientação comunista, o Exército Colombiano, através de uma revisão conceitual do espectro da Guerra Política, define que o modelo de contra insurgência a ser seguido deve basear-se no modelo de insurreição preconizado pelo Colégio de Guerra Política de Fu Shing Kang, estabelecido na China Nacionalista (Taiwan).

O conceito de **Guerra Política**, embora ainda sem esse nome, surge no começo do século XX, na China, idealizado por Sun Yat-Sen para lograr a derrota da decadente Dinastia Manchu, em 1911. Lenin, na Rússia, desenvolve um processo paralelo que culmina na deposição do Czar e na fundação da URSS. O jovem político Chiang Kai-Shek sucede a Sun na direção do Kuo-mitang (KMT, Partido Nacionalista Chinês), de tendência socialista. Ao ser derrotado por Mao Tsé-Tung, Chiang vai para a Ilha de Formosa (Taiwan) onde funda o Colégio de Luta Política de Fu Shing-Kan. Apesar disso, Mao Tse-Tung e Stálin são aqueles que aplicam os conceitos de Guerra Política nas insurgências comunistas na Ásia, África e América Latina durante a Guerra Fria. (COLOMBIA, 2009, p. 12-13) (Tradução do autor)

Segundo o modelo de Fu Shing Kang (COLOMBIA 2009), a Guerra Política é constituída de seis elementos básicos ou instrumentos pelos quais a luta revolucionária deve ser perpetrada: a Guerra Ideológica, a Guerra Psicológica, a Guerra de Inteligência (ou Informações), a Guerra de Organizações, a Guerra de Massas e a Guerra de Estratagemas.

A Guerra ideológica é a fonte da Guerra Política e determina os recursos meios a serem empregados. Para que uma revolução tenha êxito é necessária uma



mudança profunda e total de pensamento.

A Guerra Psicológica é orientada a conquista dos Corações e Mentes e é eminentemente afetiva. Atua na atitude do inimigo, seu afeto, emoções, motivações, crença, moral, estado psicológico e característica de personalidade dos comandantes. Foca ainda o estado anímico da população na área conflagrada e fora dela.

A Guerra de Inteligência constitui-se das ações orientadas a produzir e utilizar informações para conduzir de maneira ostensiva ou velada (clandestina) a luta material e mental contra o inimigo.

A Guerra de Organizações consiste em coordenar de forma planejada, sistemática e sincronizada as pessoas, os recursos e os objetivos, a fim de moldar o ambiente ou produzir determinado neste.

A Guerra de Massas consiste em convocar, unir, dirigir e manipular o povo contra o Estado e suas Forças Armadas, seguindo uma combinação violenta de diversas formas de luta por meio de massas anônimas de trabalhadores, camponeses e estudantes.

A Guerra de Estratagemas caracteriza-se pelo emprego planejado de ações com a única finalidade de levar o inimigo a cometer erros. Está calcada na dissimulação como forma de induzir os decisores inimigos ao erro.

Em síntese, infere-se que as ações de Guerra Política permeiam as diversas expressões do Poder Nacional de um Estado que está sendo ameaçado. No caso Colombiano, ao compreender-se que as guerrilhas revolucionárias estavam organizadas com base em tais conceitos e uma vez reconhecida a incapacidade do Estado de controlar seu território foi possível formular uma estratégia ampla que integrasse de maneira coordenada e sinérgica os meios nacionais à consecução de um fim, a neutralização da ameaça ao Estado Democrático de Direito no país.

A Ação Integral objetivou minar a vontade de lutar da ameaça e se constitui do máximo emprego da propaganda e outras ações de ordem política, econômica e militar, estruturadas na Estratégia Nacional e conduzidas na direção do Estado. Sob esse prisma, o Estado Colombiano passou a implementar ações amplas, abrangentes e coordenadas, emanadas de todas as expressões de seu Poder e destinadas a conter e derrotar os grupos guerrilheiros e, de maneira concomitante, os grupos criminosos organizados.

Nesse contexto deve ficar claro que a pedra angular na formulação da Estratégia e na coordenação das Ações terem sido as Forças Armadas e, em especial o Exército, por sua capacidade de se fazer presente em todo território e principalmente pelo conhecimento detalhado do país que possui seus quadros. Dessa forma, o peso da responsabilidade de coordenação da AI do Estado vêm recaíndo sobre os chefes militares e seus Estados-Maiores.

Essa coordenação ocorre a nível nacional, mas também desce aos Departamentos e Municípios, onde os Comandantes de Divisão, Brigada e

Batalhão ligam-se com os representantes dos três poderes nos respectivos níveis administrativos e orientam as ações, bem como a aplicação dos recursos disponíveis nas linhas de esforço planejadas, de modo a maximizar o êxito na busca para se alcançar um determinado estado desejado.

A Ação Integral segundo o modelo Colombiano compreende a sistematização dessa integração por parte do Estado e a atribuição de expressiva responsabilidade por sua condução às suas Forças Armadas. Isso se justifica basicamente em função de alguns aspectos: capacidade intelectual e bagagem cultural dos chefes militares; conhecimento pormenorizado da realidade do país, sobretudo das regiões periféricas; conhecimento da natureza das ameaças; capilaridade das Forças Armadas, principalmente de sua Força Terrestre capaz de suportar e orientar até mesmo o esforço e a governança de humildes prefeitos nos municípios mais remotos do país.

Nesse sentido, à luz de Clauzewitz em sua leitura da “trindade da Guerra” ou “triângulo de Clausewitz”, efetivamente se fizeram alinhar o Governo, as Forças Armadas e o Povo. O resultado dessa articulação além de mitigar os efeitos da Guerra Revolucionária sobre a população, renovou o moral desta, a sua vontade e a sua crença na vitória da Nação Colombiana sobre a principal ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Ao comparar o emprego do estamento militar colombiano em cenários complexos o com outras forças ao redor do globo podemos relacionar de maneira direta o conceito de Ação Integral com a Unified Action, prevista na Doutrina Militar Norte-americana:

A **Ação Unificada** (Unified Action) é a sincronização, coordenação e/ou integração das atividades de organizações governamentais e não governamentais com as operações militares para obter unidade de esforço. Isso envolve a aplicação de todos os instrumentos do poder nacional, incluindo ações de outras agências governamentais e organizações militares e não-militares multinacionais. Os Comandantes de TO desempenham um papel central nas Ações Unificadas, entretanto, seus comandantes subordinados também integram e sincronizam suas operações diretamente com as atividades e operações de outras forças militares e organizações não-militares em suas zonas de ação. O Departamento de Defesa e outras agências governamentais podem referir-se a Ação Unificada como sendo conjunta, interagencial, intergovernamental, multinacional, ou a combinação destas. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2011, p. 1-9). (Tradução do Autor)



No âmbito da DMT, o Manual de Campanha EB20-MC-10.217, Operações de Pacificação destaca a importância da integração e sincronização do poder nacional para a solução de crises ou conflitos.

2.4.3 A expressão militar não é mais capaz, por si só, de restaurar ou manter a paz estável. É responsável, entretanto, por proporcionar um ambiente seguro para que as demais expressões do Poder Nacional possam ser aplicadas, ressaltando a relevância da integração das forças militares com os vetores civis, frisando a importância a ser atribuída às operações em ambiente interagências.

2.4.4 Para alcançar o êxito e atingir o EFD, torna-se imprescindível que seja aperfeiçoada a integração e a sincronização das ações entre as forças militares e os demais instrumentos do Poder Nacional, incluindo todas as agências civis presentes no teatro de operações ou área de operações (TO/A Op), atuado(a) no Território Nacional ou no exterior. Poderá contar, ainda, com outros vetores (militares e civis) de países da comunidade internacional, no universo de organismos de segurança internacional (OSI) dos quais o País participa. (BRASIL, 2015, p. 2-6)

Dessa maneira é lícito inferir que as doutrinas militares brasileira e norte-americana estão bastante próximas da doutrina colombiana quanto à integração de todos os meios do Poder Nacional para a resolução de crises e conflitos em ambientes complexos.

Cabe destacar que no caso Colombiano, os processos de integração e sincronização estão em curso desde a criação do Centro de Coordenação de Ação Integral da Presidência da República em 2004, mas efetivamente sistematizados e implementados a partir do Comando Geral das Forças Armadas, exatamente pela capacidade mais apurada de “ler o ambiente” e entender a natureza das ameaças e suas constantes mutações. Essa demanda acabou ainda por desenvolver nas Forças Colombianas, e em particular o seu Exército, capacidades de vulto relacionadas às Operações de Informação e à Coordenação Civil-Militar, essenciais à AI.

5. EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Como já descrito, a complexidade do ambiente interno colombiano relacionada à Segurança e Defesa Nacionais provocou há muito o empenho das Forças Armadas em operações dentro de suas fronteiras.

Nessa condição, além de combater as “estruturas guerrilheiras clássicas”, os militares exercem o poder de polícia na repressão à criminalidade sobretudo após a mudança de perfil de atuação dos grupos guerrilheiros com sua rearticulação em frações menores e sua derivação para a prática de crimes comuns como sequestro, extorsão de cidadãos, extorsão de empresas, produção e tráfico de narcóticos, dentre outros.

No entanto, depois da sua derrota militar durante os anos de Uribe, a abordagem das FARC mudou para ser menos cinética [sem força militar] e se concentrou na alteração do enquadramento e da narrativa da sua luta por meio da guerra de informação, simultaneamente recrutando os “idiotas úteis” de Lenin ao fazer promessas a certos setores colombianos – ... – e alienando os elementos da extrema esquerda como professores e estudantes radicais (OSPINA, MARKS e UCKO, 2016, p. 88).

Exatamente pelo câmbio no modus-operandi das guerrilhas a urbanização de suas ações e o vínculo com cartéis de narcóticos e outros grupos criminais se observou um incremento de violência nas áreas carentes de cidades como Medellín, Cali e até mesmo nas periferias de Bogotá. A organização desses grupos criminosos e os armamentos que portavam, que muitas vezes se sobreponham às capacidades da PNC, provocou o desdobramento permanente do Exército nessas cidades em coordenação com as estruturas policiais.

A mudança na forma de atuação das FARC acabou por induzir o Exército e a PNC a migrar de um perfil operativo caracterizado principalmente por Operações Contra Forças Irregulares para um modelo mais caracterizado pelas Operações Tipo Polícia. Em adição, o antigo limite estabelecido para as ações do Exército, fora dos grandes centros urbanos e periferias do território; e PNC, nas capitais departamentais e principais cidades, deixou de ser uma realidade.

Para essa finalidade, além de organizações militares convencionais, que possuem responsabilidades territoriais, são utilizados também, Brigadas de Combate Terrestre, Batalhões PE, GAULAS e Batalhões Especiais Energéticos e, Viais. Estes últimos voltados a garantir o perfeito funcionamento das infraestruturas vitais à economia e ao bem-estar da população colombiana.

Basicamente essas organizações militares executam as mesmas Operações Tipo Polícia em vigor na DMT. Entretanto, apesar de estarem engajadas há décadas em operações militares desenvolvidas dentro de seu território, as Forças Colombianas apresentam uma grande vulnerabilidade: o marco jurídico de sua atuação.



Diferentemente do Brasil, os militares colombianos que no desempenho de seus deveres funcionais forem investigados pelo suposto cometimento de crimes, caso comprovado são julgados pela Justiça Comum, ao invés da Justiça Militar. Essa peculiaridade fez com que os grupos guerrilheiros orientassem a infiltração de seus militantes e simpatizantes em instituições como o Ministério Público e a Magistratura e, dessa forma, lograssem o julgamento e a condenação de milhares de militares.

Além do impacto negativo no moral das Forças Armadas essa realidade fez com que as ações militares venham sendo realizadas quando os comandantes avaliem as condições como de baixo risco jurídico, muitas vezes redundando no dispêndio de recursos sem a consecução dos objetivos visualizados, exatamente por macularem os princípios da oportunidade e da surpresa.

É comum atualmente a presença de membros do Ministério Público no terreno, em meio ao planejamento e à condução das operações, sobretudo nas áreas prioritárias de emprego das Forças Armadas, onde a ameaça representada pelos grupos guerrilheiros se manifesta de maneira mais intensa. Esse procedimento foi requerido e adotado pelas Forças com o objetivo de conferir a legalidade a uma operação desde a sua concepção até a sua consecução.

A expertise colombiana em seu emprego voltado à Segurança Pública tem suscitado a cooperação de instrução com diversas forças militares e policiais de países amigos, em particular os centro-americanos de língua espanhola.

Como se pode perceber, o emprego das Forças Armadas Colombianas na Segurança Pública é realizado em larga escala e demanda a coordenação com instituições como a PNC e o Ministério Público. Essa articulação se caracteriza como essencial para o desenvolvimento das operações buscando-se um perfil de baixo risco jurídico, vulnerabilidade marcante dos militares colombianos no emprego dentro do seu território.

6. PERSPECTIVAS PARA O PÓS CONFLITO

Segundo Ospina (2016) mesmo se as negociações com as FARC redundarem em êxito, registrando a extinção formal das hostilidades, é lícito levantar várias preocupações em relação ao destino da Colômbia no pós-conflito.

Manter a ordem pública em uma sociedade traumatizada e fortemente moldada pela violência e um grande desafio. É possível visualizar também que as consequentes mudanças nos cenários político e econômico decorrentes dos acordos poderão ter impacto no quadro da Segurança Pública.

Ao se observar o gradual declínio do poder de combate das FARC e a modificação do seu perfil de sua atuação para a prática de delitos comuns com o objetivo de subsistir, pode-se inferir que a natureza da ameaça já está em mutação e esta deve persistir. Um argumento que suporta essa assertiva é o posicionamento contrário aos termos do acordo por parte de algumas Frentes daquele grupo

guerrilheiro.

Conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação colombianos, na fase final das negociações que antecedeu a assinatura do primeiro acordo de paz com as FARC, em 26 de setembro de 2016, o chefe da Frente 1 (Vaupés e sul de Guaviare) do Bloco Oriental daquele grupo guerrilheiro manifestou publicamente seu inconformismo com a perspectiva de desmobilização.

Em seguida, foi detectado pelo governo colombiano que outras Frentes também poderiam se posicionar da mesma maneira. O motivo é bastante simples: os expressivos lucros decorrentes da prática de atividades criminosas, em particular o narcotráfico e a mineração ilegal (ouro, prata e coltan). A grande maioria dos guerrilheiros dessas frentes há muito perdeu a motivação ideológica e apegou-se ao alto rendimento financeiro atrelado às atividades ilícitas.

Deve-se registrar ainda que a Frente 1 canaliza e opera o tráfico de cocaína colombiana para o Brasil articulando-se com o crime organizado brasileiro e em especial com a maior facção que atua na Região Norte do país. Delitos conexos também são praticados como, por exemplo, o tráfico de armas, com consequências nefastas para a segurança pública em várias regiões do Brasil.

Outras Frentes como a 32 (Putumayo) possuem conexões com os grupos criminosos que dominam atualmente as rotas de narcotráfico em direção à América Central. Essas estruturas mobilizam grandes efetivos, mantêm laboratórios de refino de cocaína de grande capacidade e articulam ainda uma vasta rede de colaboradores que vai desde os produtores da folha de coca até os fornecedores de insumos ao processamento da droga.

Apesar da reação do secretariado das FARC, que expurgou alguns chefes guerrilheiros do Bloco Oriental, as autoridades colombianas desde já entendem que a violência perpetrada por facções das FARC continuará ocorrendo, uma vez que vários grupos continuarão de posse de seus arsenais, seus laboratórios de refino, suas redes de apoio e conexões com o crime organizado, apenas sob uma nova roupagem, totalmente desconexa de qualquer discurso com viés ideológico.

Outra variante desse cenário é o acolhimento por parte do ELN dos dissidentes das FARC e consequente expansão desse outro grupo. Apesar de manter negociações com o atual governo, essa guerrilha tem se mostrado intransigente em alguns pontos atinentes a uma possível desmobilização como, por exemplo, a entrega incondicional de suas armas.

Dessa forma, os militares, policiais e acadêmicos vinculados ao Estudo da Segurança Pública e Defesa Nacional na Colômbia tem buscado subsídios em processos de paz engendrados no passado em países como El Salvador, Nepal e Sri Lanka, dentre outros, para prospectar cenários futuros. Nesse sentido, se avalia que, além das dissidências, outros riscos se apresentam no ambiente como a marginalização dos desmobilizados e de parcela da população que pode influir para o crime em função das flutuações políticas e econômicas decorrentes do acordo de



paz e inserção das FARC no cenário político colombiano.

Como consequência, o atual processo de transformação em curso nas Forças Armadas Colombianas, apesar de registrar uma sensível inclinação ao incremento da capacidade de defesa externa contempla também, com discreta redução, a manutenção das estruturas indispensáveis ao emprego na Segurança Pública.

Frentes con posibles disidencias



Figura 1: Frentes com possível dissidência ao Processo de Paz

Fonte: Jornal El País, 16 de junho de 2016

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Forças Armadas da Colômbia e em especial o seu Exército vem sendo empregadas no âmbito de seu território desde a independência do país na garantia da ordem e da estabilidade democrática.

Superados os conflitos políticos internos do século XIX, a centralização das estruturas policiais em uma única Polícia de abrangência nacional tencionou atribuir a essa instituição a responsabilidade por assegurar o cumprimento das leis e manter a ordem pública. A PNC é uma força policial civil pertencente ao Ministério da Defesa e estruturada em postos e graduações militares com base nos princípios de hierarquia e disciplina. Apesar dessas características que facilitam a unidade de comando e interoperabilidade com as Forças Armadas, a não aptidão policial para o emprego na área rural fez com que, desde a eclosão dos primeiros focos guerrilheiros, o Exército fosse empenhado nas zonas rurais e desabitadas do país.

Com o agravamento da situação de segurança pública na Colômbia a partir da década de 80, em função do narcotráfico e, posteriormente, na fusão deste com as guerrilhas comunistas, as Forças Armadas acabaram por moldar as suas capacidades prioritariamente voltadas para o combate a essas ameaças. Fruto dessa realidade os militares colombianos possuem uma considerável experiência naquilo que a atual DMT brasileira caracteriza como as Operações Básicas de Pacificação (com foco na contra-insurreição) e Apoio aos Órgãos Governamentais (com foco na Garantia da Lei e da Ordem), ou seja, Operações de Não-Guerra.

Essa capacidade de operar em ambientes difusos, complexos, coordenando e sincronizando o emprego de meios não-militares por meio da Ação Integral e sob um escopo legal bastante restritivo gerou um arcabouço doutrinário bastante valioso. Essa capacidade vem suscitando a cooperação militar e policial com alguns países também assolados pela violência associada ao narcotráfico. Cabe destacar que, guardando-se as devidas proporções, pode-se ainda perceber nítidos pontos de similaridade em conceitos, por exemplo, aplicados pelas Forças Norte-americanas campanhas do Oriente Médio, assim como pelo Exército Brasileiro na Pacificação do Haiti.

Em face da prospecção de cenários futuros, após a implementação do processo de paz com as FARC, se visualiza que a violência no país não será abruptamente estancada. Os vultuosos recursos financeiros atrelados ao narcotráfico e mineração ilegal deverão converter parte das estruturas guerrilheiras em criminosos comuns, urbanos e rurais ou talvez esses indivíduos possam migrar para o ELN, ainda em um estágio primário nas negociações de paz com o governo. Nessa ordem de ideias é possível afirmar que as Forças Armadas, a curto e médio prazos, ainda estarão empenhadas na Segurança Pública, em coordenação com a PNC, mantendo as Operações de Não-Guerra em posição de destaque na Doutrina Militar daquela nação amiga.



Por fim, pode-se inferir também que a cooperação militar com aquela nação amiga se reveste de grande importância para o Exército Brasileiro. A convergência doutrinária em Operações de Não-Guerra, as capacidades colombianas relativas às operações de informação e coordenação civil-militar assim como as responsabilidades fronteiriças compartilhadas, dentre outros aspectos, representam um cabal estímulo para que as relações entre os Exércitos vizinhos sejam estreitadas cada vez mais, facilitando a interoperabilidade, o intercâmbio doutrinário e o combate às ameaças comuns que permeiam nossas fronteiras.

REFERENCIAS

- BRASIL, E. B. Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 OPERAÇÕES. 4^a. ed. Brasília: [s.n.], 2014.
- _____, Manual de Campanha EB20-MC-10.217 Operações de Pacificação. 1^a. ed. Brasília: [s.n.], 2015.
- _____, E. S. D. G. Manual Básico Volume I - Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra - ESG, 2014.
- _____, M. D. D. Nota Escolar Nr 001/16/CIDOC - O Componente Conceitual do Planejamento Operacional. 3^a. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.
- CERAC, C. D. R. P. E. A. D. C. Riesgo por presencia de grupos armados ilegales en Colombia. Bogotá: [s.n.], 2012.
- CLAUSEWITZ, C. V. Da Guerra. São Paulo: [s.n.], 1979.
- COLOMBIA, E. N. D. Procedimientos de Policía Militar. 1^a. ed. Bogotá: [s.n.], 2007.
- _____, E. N. D. Reglamento de Operaciones y Maniobras de Combate Irregular. 2^a. ed. Bogotá: [s.n.], 2010.
- _____, E. N. D. Directiva Permanente de Instrucción y Entrenamiento del Ejército Nacional No. 300-7. Bogotá: Ejército Nacional de Colombia - Jefatura de Educación y Doctrina, 2013.
- _____, R. -C. G. D. L. F. M. MANUAL DE ACCIÓN INTEGRAL. 1^a. ed. Bogotá: [s.n.], 2012.
- _____, R. D. Constitución Política. Bogotá: [s.n.], 1886.
- _____, R. D. Acto Legislativo Nº 1 - Reformatorio de la Constitución Nacional. Bogotá: [s.n.], 1945.
- _____, R. D. Constitución Política. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 1991.
- _____, R. D. Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2011.
- _____, R. D. Política de Defensa y Seguridad para la Nueva Colombia 2015-2018.

- Bogotá: [s.n.], 2015.
- _____, R. -E. N. MANUAL DE ACCIÓN INTEGRAL. 2^a. ed. Bogotá: [s.n.], 2009.
- DAZA, J. D. La subpoliarquía colombiana. Deficiencias estatales democracia deficitaria. Revista Desafíos, Bogotá, Semestre I 2012. 175-229.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E. Field Manual FM 3-0 Operations. Change No. 1. ed. Washington, DC: [s.n.], 2011.
- GIL, P. P. V. La Constitución colombiana y los estados de excepción: veinte años después. Revista Derecho del Estado - Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 1 dezembro 2011. 261-290.
- JOHNSON, S. Helping Colombia Fix Its Plan to Curb Drug Trafficking, Violence, and Insurgency, 2001. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/reports/2001/04/helping-colombia-fix-its-plan>>. Acesso em: 10 Novembro 2016.
- OSPINA, G. C. A.; MARKS, T. A.; UCKO, D. H. A Colômbia e a Transição da Guerra para a Paz. Military Review, Fort Leavenworth, v. Tomo 71, n. 5, p. 85-97, 4º Trimestre 2016.
- RUIZ, J. F. F. ¿Estado o concepto fallido? Problemas que plantea la noción de falla estatal y los índices que intentan medirla. Revista Derecho del Estado - Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 1 dezembro 2011. 193-234.
- TOVAR, G. Á. V. Acción Integral. Revista Fuerzas Armadas, Bogotá, v. LX, n. 198, p. 6-11, Marzo 2006.
- URBANO, M. G. S. La Acción Integral como una Estrategia Efectiva hacia la Consolidación de la Seguridad y la Defensa Nacional. Bogotá: [s.n.], 2014.



A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS CHINESAS EM SITUAÇÃO DE NÃO-GUERRA

Tenente-Coronel Marcelo MARTINI Monteiro¹

1. INTRODUÇÃO

"As Forças Armadas da República Popular da China pertencem ao povo. Sua missão é consolidar a defesa nacional, resistir a invasões, defender a pátria, salvaguardar o trabalho pacífico do povo, participar da construção nacional e servir ao povo". Artigo 29 da Constituição da República Popular da China

O presente artigo tem por finalidade apresentar a forma como as Forças Armadas (FA) da República Popular da China atuam em situações de não-guerra, com base nos conhecimentos auferidos pelo autor durante a execução do Curso de Comando e Estado-Maior naquele país.

A atuação das Forças Armadas em situações de não-guerra, de uma maneira geral, é definida pelos marcos regulatórios legais de cada país (para a atuação interna) e pelos objetivos estabelecidos pelo esforço diplomático elencado como prioritário para cada nação (para a atuação externa). Cabe ressaltar que, no caso da República Popular da China, esse esforço diplomático está baseado em cinco princípios, a saber:

- respeito mútuo pela soberania e integridade territorial;
- não-agressão;
- não-interferência nos assuntos internos de outros países;
- igualdade; e
- benefício mútuo e coexistência pacífica.

No tocante à República Popular da China existe uma busca muito nítida pelo alinhamento da Política de Defesa com as Políticas dos diversos órgãos governamentais e, principalmente, com a Diplomacia daquele país, gerando uma visão coerente e eficaz quanto do emprego das Forças Armadas Chinesas em situações típicas de Não-Guerra.

Tal embasamento legal pode ser verificado no documento “O emprego diversificado das Forças Armadas Chinesas”, expedido em 16 de abril de 2013 pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado, que tece uma análise sobre os novos desafios e mudanças neste século. Esse documento serviu, a partir

¹ O autor é ex-instrutor da ECEME, atual Comandante do 5º BIL e realizou o CCEM na República Popular da China entre 2015 e 2016

de sua divulgação, para conduzir o preparo e emprego das Forças Armadas chinesas, sendo destacada a destinação das mesmas para a atuação em situações de Não-Guerra.

Além do que foi explanado anteriormente, a República Popular da China é um país de larga extensão territorial, multicultural e inserido no complexo contexto geopolítico da Ásia, o que conduz ao planejamento, preparo e emprego das Forças Armadas chinesas em diferentes ações em paralelo à sua missão precípua de levar a efeito as operações militares em situações de guerra.

2. O CENÁRIO E OS DESAFIOS VISLUMBRADOS QUE INFLUENCIAM O PENSAMENTO MILITAR CHINÊS

Com a chegada do século XXI, o governo da República Popular da China capitaneado pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e assessorado por sua Comissão Militar Central, verificou que existia a necessidade de avaliar os novos cenários que se apresentavam, elencando as situações a serem enfrentadas, os novos desafios e as missões decorrentes para as Forças Armadas chinesas com ênfase no emprego dessas Forças em tempo de paz.

Ressalta-se que essa visão de modernização e fortalecimento das Forças Armadas chinesas é resultante de um mecanismo legal previsto na carta magna do país em seu artigo 29: “O Estado fortalecerá a revolução, a modernização e a regularização das forças armadas, a fim de aumentar a capacidade de defesa nacional”.

Essa análise do cenário apresentado ocorreu considerando o caráter defensivo da Estratégia Nacional de Defesa chinesa, a busca pela manutenção da paz mundial e da estabilidade regional, bem como a posição de relevância assumida pelo país em virtude de seu impressionante crescimento econômico e pela percepção do importante papel da informatização no moderno espaço de batalha.

Além disso, o contexto analisado contemplou questões importantes para a China como: a soberania chinesa e seus direitos e interesses marítimos, a questão das Ilhas Diaoyu, as “três ameaças” latentes em seu território (terrorismo, separatismo e extremismo), a questão de Taiwan, as iniciativas de independência por parte de grupos em Hong Kong, bem como a percepção da vulnerabilidade do território chinês aos desastres naturais e às ameaças à saúde pública. Todos esses fatos, uma vez analisados num espectro mais amplo conduzem a uma percepção que, devido à importância da China no contexto mundial, podem influenciar regionalmente e internacionalmente inclusive com o incremento de situações de atrito com outras potências militares.

Tudo isso foi classificado como uma situação complexa e volátil e, a partir dessa análise, foram estabelecidas as tarefas, missões e operações contribuintes



em tempo de paz e em tempo de guerra, a serem impostas às Forças Armadas chinesas.

3. AS FORÇAS ARMADAS CHINESAS E SEU PREPARO E EMPREGO EM SITUAÇÕES DE NÃO-GUERRA

As Forças Armadas Chinesas, reorganizadas após a fundação da República Popular da China em 1949, são compostas pelo Exército Popular de Libertação, Polícia Armada e Milícia. Dentro do Exército Popular de Libertação estão inseridos o Exército propriamente dito, a Força Aérea, a Marinha e a Força de Foguetes (antiga “Segunda Artilharia”).

A Milícia é uma organização paramilitar composta de civis recrutados, ex-militares e militares da reserva que atuam em ações de apoio às FA, seja em situação de guerra, seja em situações de não-guerra, onde exercem importantes tarefas ligadas à defesa antiaérea, inteligência, reconhecimento, comunicações, manutenção de equipamentos militares, transporte, suporte do fluxo logístico e, em última instância, com uma reserva mobilizável para o recompletamento das unidades de combate.

O artigo 29 da Constituição da República Popular da China impõe as seguintes missões às Forças Armadas chinesas:

- consolidar a defesa nacional;
- resistir à agressão estrangeira;
- defender a pátria.

Essas missões estabelecidas impõe como “core” as seguintes necessidades de segurança: o emprego diversificado das Forças Armadas para manter a paz, conter crises e vencer guerras, segurança das fronteiras, segurança da costa e do espaço aéreo, aumento do estado de prontidão para o combate por meio de exercícios, resposta rápida e resoluta para deter qualquer provocação ou ato atentatório à soberania chinesa, à segurança nacional e territorial e, por fim, salvaguardar os interesses nacionais chineses.

Ressalta-se que todas as unidades das Forças Armadas chinesas obedecem à condição de pronto-emprego permanente, tanto para situações de guerra como para situações de não-guerra e são enquadradas em níveis de alerta e prontidão, de III (menor) até I (maior). Esse estabelecimento de níveis permite uma priorização na distribuição de meios, realização de treinamentos, afastamentos temporários de pessoal e o conhecimento real, por parte do comando, de quais tropas estão mais aptas a serem empregadas naquele momento, de acordo com a situação a ser enfrentada.

As Forças Armadas realizam seu preparo, tendo por base os cenários levantados como possíveis de se concretizar (“exercícios baseados em cenários”),

mesmo para a execução de operações em situações de não-guerra como as de resgate de emergência e assistência em caso de desastre ocasião em que as Forças Armadas, via de regra, são utilizadas como “Força de Choque” (primeiras a serem acionadas e a agir no acontecimento).

Ainda, particularmente, sobre as operações de resgate de emergência e assistência em caso de desastre são estabelecidos mecanismos de resposta conjunta civil-militar para desastres naturais, tais como: exercícios e treinamentos civil-militar e pré-posicionamento de material em áreas chave.

Também, visando à colaboração interagências, foram criados nove grupos permanentes, profissionais e especializados integrados por unidades militares e órgãos civis, nos diversos níveis da organização militar e dos órgãos governamentais a nível nacional, perfazendo uma força de 50.000 homens, vocacionados para o emprego em:

- assistência em inundações;
- resgate em terremotos;
- defesa química, biológica, radiológica e nuclear;
- transporte aéreo;
- reparo rápido de estruturas elétricas;
- busca e resgate marítimos;
- apoio móvel de comunicações;
- apoio médico e prevenção de epidemias;
- serviço de informações meteorológicas.

Do mesmo modo nas áreas de responsabilidade dos Comandos Militares de Área existem equipes similares nas diferentes províncias (divisão territorial similar aos Estados brasileiros) com um acréscimo total de 45.000 homens.

Desta forma, verifica-se que para as ações de resgate de emergência e assistência em caso de desastre, soma-se ao efetivo das Forças Armadas, os elementos civis integrados a esses grupos anteriormente citados, que pela sua capacidade técnica incrementam as ações de forma sinérgica.

Dentro da lógica chinesa decorrente de sua orientação ideológica, as Forças Armadas pertencem ao Partido Comunista Chinês (PCC), considera-se que o PCC pertence ao povo e, por consequência, as FA devem servir ao povo. Por esse motivo a atuação das FA chinesas em apoio aos órgãos governamentais é sempre efetivada quando necessário em todas as vertentes possíveis, em particular no tocante à segurança pública (principalmente no que se refere às ações violentas de caráter separatista e às ameaças terroristas), à ocorrência de calamidades públicas, ao desenvolvimento nacional e às ações em apoio à diplomacia do país.

As situações de não-guerra são enquadradas pela Doutrina Militar Chinesa em “Operações Militares outras que não a Guerra” que são assim definidas: “São as operações militares, que não as de guerra, conduzidas pelas Forças Armadas para salvaguardar a

segurança nacional e os interesses ligados ao desenvolvimento nacional”.

Ainda, segundo a doutrina chinesa, os tipos de operações levadas a efeito dentro da situação de não-guerra, são:

- “Operações Militares outras que não a Guerra sem o uso de força”;
- “Operações Militares outras que não a Guerra com o uso de força de baixa intensidade”;
- “Operações Militares outras que não a Guerra com o uso de uma força relativamente de alta intensidade”.

As “Operações Militares outras que não a Guerra sem o uso de força” se referem àquelas previstas para o resgate de emergência e assistência em caso de desastre por meio das seguintes operações: resgate em áreas inundadas, resgate em incêndios, resgate em terremotos, assistência anti-epidêmica, busca e resgate marítimo e resgate e assistência em “Tsunami”.

As “Operações Militares outras que não a Guerra com o uso de força de baixa intensidade” são aquelas em que o uso da força é limitado à auto-defesa da unidade empregada e à dissuasão durante a execução das operações. Dentre as operações enquadradas nessa definição, segundo a doutrina chinesa, listam-se as seguintes: missões de paz internacionais, operações internacionais de auxílio militar, exercícios combinados internacionais, evacuação emergencial de nacionais, proteção de linhas de comunicação e escolta, operações de desminagem em áreas de fronteira, operações para salvaguarda de direitos, operações sob a égide de lei marcial (situação de não-normalidade) e operações contra tráfico de drogas e contrabando.

As “Operações Militares outras que não a Guerra com o uso de uma força relativamente de alta intensidade” são aquelas em que o uso da força é um importante meio para atingir os objetivos da operação. A doutrina chinesa prevê as seguintes operações: contra-terrorismo, controle de distúrbios, isolamento e controle de área (interdição), conflitos armados de baixa intensidade e ataque limitado.

Do exposto anteriormente pode ser notado que o uso da força está diretamente ligado ao tipo de ameaça a ser enfrentada e às possibilidades inerentes à mesma dentro do grau de risco por ela oferecida aos bens e interesses nacionais a serem salvaguardados.

Também pode ser inferido que existe uma coerência entre os tipos de operações previstos para o atendimento à missão constitucional imposta às Forças Armadas chinesas: “As Forças Armadas da República Popular da China pertencem ao povo. Sua missão é consolidar a defesa nacional, resistir a invasões, defender a pátria, salvaguardar o trabalho pacífico do povo, participar da construção nacional e servir ao povo.” Tal embasamento permite também o correto alinhamento de pensamento e a integração entre as FA chinesas, diferentes órgãos governamentais (especial-

mente os ligados à Defesa Civil, Segurança Pública e Saúde Pública) e à Diplomacia.

A fim de possibilitar uma visualização gráfica do explanado anteriormente, pode ser verificada a figura a seguir:



Figura Nr 01: Tipos de Op Militares outras que não a Guerra na doutrina chinesa

Fonte: o autor

4. AS BASES PARA O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES EM SITUAÇÕES DE NÃO-GUERRA

De acordo com a doutrina militar chinesa essas Operações são utilizadas para a consecução de dois grandes objetivos impostos pelo Governo por meio da Comissão Militar Central do Partido Comunista Chinês:

- Apoiar o desenvolvimento nacional nos campos econômico e social e
- Apoiar a paz mundial e a estabilidade regional.

Para o atingimento desses dois grandes objetivos o planejamento dessas operações é fundamentado na visão ampla e compreensiva do conceito de segurança visando o cumprimento das tarefas de forma eficiente. Essa visão ampla do conceito de segurança consiste em analisar o cenário de emprego das Forças Armadas considerando os seguintes fatores: político, econômico, cultural, social,



militar, científico, tecnológico e ecológico; tudo isso para obter uma linha de pensamento relevante e sistêmica, buscando esforços integrados com foco na segurança nacional por meio de operações militares “cientificamente” planejadas (o termo “científico” prevê, além de um método de planejamento, uma análise cuidadosa com ênfase em dados estatísticos).

Ao par disso a doutrina chinesa ainda considera os seguintes princípios para fins de planejamento: intensa colaboração entre os atores envolvidos e cumprimento pleno das obrigações assumidas nacional e internacionalmente, pleno atendimento aos princípios políticos, à lei e à disciplina militar, unidade de comando, coordenação detalhada, emprego “científico” das Forças Armadas e prioridade para as ações de resgate de emergência e assistência em caso de desastre.

Assim sendo, de acordo com o pensamento chinês, aos dois grandes objetivos anteriormente citados, estão conectados os seguintes tipos de operações, dentro do contexto da situação de Não-Guerra:

Tabela Nr 01: Objetivos e Operações

Objetivos	Operações/ Ações
- Apoiar o desenvolvimento nacional nos campos econômico e social	Resgate de emergência e assistência em caso de desastre (dentro do território chinês)
	Manutenção da estabilidade social
	Salvaguarda dos interesses e direitos marítimos
	Proteger interesses em águas internacionais
- Apoiar a paz mundial e a estabilidade regional	Operações de Paz sob a égide da ONU
	Resgate de emergência e assistência em caso de desastre (internacional)
	Proteção das linhas de comunicação internacionais
	Exercícios combinados internacionais

Fonte: o autor

Nota-se que existe uma tendência da China em expandir sua influência no âmbito internacional por meio das “*Operações Militares outras que não a Guerra*”, visando garantir seus interesses e sua segurança sem caracterizar uma mudança de seu pensamento militar de caráter defensivo, mas utilizando as Forças Armadas como uma base para suas ações diplomáticas e, também, para a garantia da segurança interna.

Outro fato que deve ser levado em consideração é que as Forças Armadas chinesas buscam utilizar seu emprego diversificado em situações de não-guerra como uma forma de desenvolver os seguintes itens, em tempo de paz:

- “Espírito de Combate” e “Espírito de Corpo” das unidades;

- Capacidade de pronta-resposta;
- Capacidade de durar na ação por meio de um fluxo logístico confiável que utilize a mesma estrutura prevista para as operações em situação de guerra;
- Novos materiais bélicos que possam ser utilizados em situações de não-guerra e, em situações de guerra, quando necessário (“emprego dual”);
- Estudo continuado da articulação das unidades ao longo do território para atender, ao mesmo tempo, dentro dos cenários visualizados, os locais mais ameaçados por desastres naturais, ameaças à segurança interna e às hipóteses de emprego na defesa externa. Como exemplo, pode ser citado que, na cidade de Nanjing², existe uma Brigada de Engenharia que, além de pertencer às Forças de Ação Rápida da China na defesa do território continental, ali se localiza por conta da possibilidade de executar ações quando das cheias do caudaloso Rio Yang Tse e seus afluentes nesta região de planície tão sujeita a inundações.

No pensamento militar chinês, as operações levadas a efeito dentro de um quadro de situações de Não-Guerra, têm o mesmo grau de importância e nobreza que as operações militares em caso de guerra, principalmente pelo fato de constituir-se em oportunidades reais de exercitar as Forças Armadas, auferindo ganho nas suas capacidades operativas e incrementando o elevado conceito das mesmas junto à população.

A título de complemento ressalta-se que para o atingimento do objetivo “Apoiar o desenvolvimento nacional nos campos econômico e social”, além das operações previamente citadas, as Forças Armadas chinesas ainda participam do desenvolvimento nacional por meio do apoio a projetos-chave de infraestrutura (atuação semelhante à Engenharia de Construção no Brasil), promoção da ecologia e proteção ao meio ambiente (reforestamento e auxílio à fiscalização contra crimes ambientais), contribuição para as iniciativas governamentais de combate à pobreza e miséria e apoio a empreendimentos científicos, educacionais, culturais e sanitários.

5. EVENTOS QUE CARACTERIZAM O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS CHINESAS EM SITUAÇÕES DE NÃO GUERRA

Em função das diretrizes estabelecidas e exploradas anteriormente, nota-se, na prática, o emprego das Forças Armadas chinesas na execução de uma série de ações e operações militares dentro de um contexto de não-guerra, devidamente alinhadas com os objetivos demarcados pelo Governo da República Popular da China, que pode ser visualizado no quadro a seguir, com a exemplificação do que

² Nanjing (em português Nanquim) está situada em uma das desenvolvidas zonas econômicas da China, o delta do Rio Yangtze, na Região Leste da China. Nanjing tem um clima subtropical úmido e está sob a influência da monção da Ásia Oriental. As estações são bem distintas, geralmente com verões quentes e abundância de chuvas durante todo o ano.



tem sido executado nesse contexto:

Tabela Nr 02: Ações e Operações executadas pelas Forças Armadas Chinesas

Objetivos	Operações/ Ações	Eventos
Apoiar o desenvolvimento nacional nos campos econômico e social	Resgate de emergência e assistência em caso de desastre	Terremoto de 12 de maio de 2008 ocorrido na província de Sichuan.
	Manutenção da estabilidade social	Operações tipo polícia e anti-terroristas contra os grupos separatistas na província de Xinjiang.
	Salvaguarda dos interesses e direitos marítimos	Ações da Marinha e Força Aérea no Mar do Sul da China em patrulhamento naval e aéreo.
	Proteger interesses em águas internacionais	Ações anti-pirataria no Golfo de Áden e nas águas costeira da Somália.
Apoiar a paz mundial e a estabilidade regional	Operações de Paz sob a égide da ONU	Btl F Paz chinês no Sudão do Sul, dentre outras missões de paz no mundo (atualmente existem 2.027 militares em Op Paz).
	Resgate de emergência e assistência em caso de desastre (internacional)	Terremotos no Nepal entre abril e maio de 2015.
	Proteção das linhas de comunicação internacionais	Ações da Marinha e investimentos em infra-estrutura costeira nos países localizados nos estreitos no Mar do Sul da China e ao longo do Oceano Índico
	Exercícios combinados internacionais	Exercício combinado China – Rússia (“Exercício Interação Naval -2016”)

Fonte: o autor

Dentre os casos acima citados, pode ser explorado o caso de maior destaque referente ao Terremoto ocorrido em 2008 na província de Sichuan³, às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos, quando as Forças Armadas chinesas atuaram em toda sua plenitude para providenciar a devida assistência às operações de resgate.

³ A área da província está na bacia de Sichuan no centro-oeste da China, cercada pelo Himalaia a Oeste, a cordilheira de Qinling a Norte, e as áreas montanhosas de Yunnan ao Sul. O movimento de placas tectônicas formou a “Falha de Longmenshan”, que prossegue até as regiões montanhosas do nordeste, onde ocorreu o terremoto de 12 de maio de 2008.

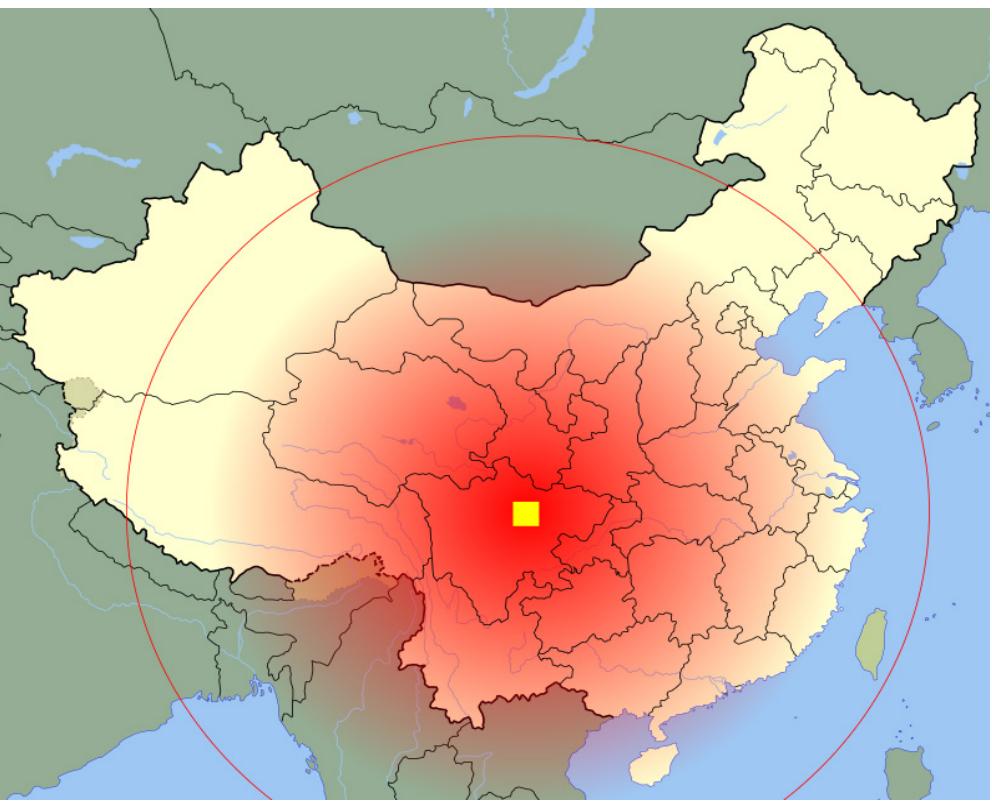


Figura Nr 02: Epicentro do terremoto de 12 de maio de 2008 (Província de Sichuan)
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sismo_de_Sichuan_de_2008

Tal caso é alvo de estudo durante o Curso de Comando e Estado-Maior, do qual se extraem vários ensinamentos, pois exigiu das Forças Armadas chinesas o emprego das diferentes funções de combate em prol da operação de Resgate de emergência e assistência. A seguir, pode-se verificar o emprego de algumas funções de combate no ocorrido:

a. Função de Combate Comando e Controle:

- Quando da ocorrência do fato o sistema de alerta das Forças Armadas foi acionado oportunamente, tendo sido constituído de imediato um gabinete para gerenciamento de crise e um centro de comando e controle para a condução das operações, com base no sistema tático de comunicações que seria usado em caso de conflito bélico.

b. Função de Combate Movimento e Manobra:

- Devido ao bloqueio das principais rotas até o local do abalo sísmico, que ocorreu em uma área montanhosa e impediu a aproximação rápida das viaturas de resgate que somente poderiam chegar até o local após o trabalho da engenharia na limpeza e desobstrução das estradas, a solução encontrada foi

a utilização de forças aeromóveis e o lançamento de paraquedistas, por meio de salto livre e salto semi-automático, como uma primeira força no local atingido para dar início aos trabalhos de resgate mais urgentes.

- A Engenharia de Combate foi utilizada na desobstrução das rodovias que demandavam ao local do terremoto, reforçada por civis que foram acionados para o auxílio (pré-mobilizados, integrantes das equipes especializadas abordadas no item 3. deste artigo e por elementos da Milícia) e, ainda, com a utilização de meios e materiais que foram pré-posicionados em decorrência do estudo continuado dos cenários que poderiam se apresentar.

- A Engenharia, tanto a de combate como a de construção, também foi utilizada por meio de equipes de demolição na detonação de grandes blocos de rocha, resultantes do desabamento provocado pelo terremoto, que bloqueavam as águas dos cursos d'água locais elevados na área montanhosa que estavam se tornando pontos de represamento que poderiam vir a constituir-se em acumulo de força perigosa (água).

c. Função de Combate Fogos:

- Curiosamente, nas ações de detonação dos locais de represamento de água nas áreas de difícil acesso na região de montanha adjacente ao local do resgate foram empregadas unidades de artilharia de campanha e anti-aérea, por meio do tiro direto, visando acelerar essas ações e evitar a exposição das tropas de engenharia ao risco de desabamento nos locais de acesso ou que apresentavam-se altamente instáveis.

d. Função de Combate Logística:

- A Aviação do Exército atuou de modo intenso, principalmente, no resgate aos feridos, no transporte de gêneros, água e medicamentos aos locais de difícil acesso e na desova de equipes de resgate em locais inacessíveis por terra. O esforço aéreo empregado exigiu um suporte logístico similar a uma operação de guerra pela intensidade de emprego das aeronaves onerando as atividades de manutenção das mesmas. Destaca-se a ocorrência de baixas por conta de queda de aeronaves em virtude das péssimas condições meteorológicas que se apresentavam à época.

- As unidades de Polícia Armada foram utilizadas em reforço às ações levadas a efeito pelo Exército, em particular no apoio logístico (transporte de gêneros e medicamentos) e no controle de trânsito (missões similares à Polícia do Exército no Brasil) ao longo das rodovias que demandavam ao local do incidente e que se constituíram nas Estradas Principais de Suprimento das Grandes Unidades empregadas.



Figura Nr 03: Militares das FA chinesas no resgate de vítimas do terremoto de 2008 (Fonte: http://istoe.com.br/4044_A+CHINA+DEPOIS+DO+TERREMOTO/)

Nota-se, verificando a situação contextualizada acima apresentada, que a mentalidade chinesa de emprego das Forças Armadas chinesas, tem por premissa o exercício de suas capacidades operativas em situação de não-guerra, por meio da execução das operações como em uma situação de guerra.

Tudo isso conduz a uma aplicação real da Doutrina Militar vigente e à sua experimentação prática, ainda que não em um cenário de conflito bélico, mas que produz valiosos frutos que permitem o adestramento eficiente da tropa e a manutenção de seu espírito combativo.

6. CONCLUSÃO

De uma maneira geral, pode-se concluir que a visão chinesa acerca das ações e operações em situações de não-guerra impõe um emprego diversificado das Forças Armadas para o pleno atendimento aos objetivos elencados pela República Popular da China por meio da Comissão Militar Central em apoiar o desenvolvimento nacional nos campos econômico e social e apoiar a paz mundial e a estabilidade regional.

Por fim, nota-se claramente nos últimos anos uma tendência crescente do emprego das Forças Armadas chinesas em situações de Não-Guerra, internamente e externamente, visando, em última instância, ao controle interno de um país



tão complexo e o aumento da influência chinesa no plano internacional. Essas operações em situações de Não-Guerra são materializadas por meio da utilização de Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) e materiais com caráter “dual” que permitem às Forças Armadas chinesas serem empregadas em situações reais que contribuem diretamente para o adestramento e, consequentemente para o emprego em situações de guerra.

REFERÊNCIAS

- República Popular da China. **Constituição**. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/2007-11/15/content_1372963.htm> . Acesso em 28 de novembro de 2016.
- República Popular da China. **Nanjing Army Command College – International Military Education and Exchange Center**. Publicação escolar - Military Operations Other Than War. 2015.
- República Popular da China. **Escritório de Informação do Conselho de Estado. O Emprego diversificado das Forças Armadas chinesas**. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/16/c_132312681.htm>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.
- Yujinbo. **Military Operations Other Than War**. In: CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR – NANJING ARMY COMMAND COLLEGE. 2015.
- ZhongYongLong. **Emergency Rescue and Disaster Relief Operation**. In: CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR – NANJING ARMY COMMAND COLLEGE. 2015.

A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO CONCEITO DE OPERAÇÕES DE NÃO-GUERRA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Tenente-Coronel SANDRO Ernesto GOMES¹

1. INTRODUÇÃO

Uma questão que merece atenção dos estudiosos das ciências militares é o aumento da participação das Forças Armadas em operações ou atividades que, não necessariamente, exigem o emprego de táticas, técnicas e procedimentos relacionados exclusivamente às funções de combate tradicionais. O aumento de tais atividades, chamadas em alguns momentos e locais como “operações de não-guerra”, dá-se em função da disseminação do entendimento do rol de capacidades disponíveis nas forças militares e da necessidade de empregá-las, de forma integrada aos demais instrumentos do Poder Nacional, a fim de atingir os objetivos estabelecidos. Por outro lado, trazem à tona questões referentes à adequação, ou não, dos meios militares a serem empregados, à necessidade de ajustes no treinamento das forças e quanto ao enquadramento de tais operações no âmbito da doutrina militar.

Este artigo vai explorar como estas operações vem sendo entendidas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos da América, com destaque para o Exército, abordando a evolução doutrinária das operações de Não-Guerra, a partir do fim da Guerra Fria, e concluindo como o assunto se enquadra na doutrina vigente.

2. DESENVOLVIMENTO

A origem do termo “operações de não-guerra”, em inglês *Operations Other Than War (OOTW)*, remonta à outro conceito, o dos “Conflitos de Baixa Intensidade”², termo surgido após o fim do período da Guerra Fria e que procurava consolidar os conflitos ocorridos na década de 1990 e as diversas missões cumpridas pelos militares. Naquele tempo, a doutrina existente resumia-se ao Manual de Campanha FM 100-20 Operações Militares em Conflito de Baixa Intensidade (1990), e Manual de Campanha FM 7-98 Operações em Conflitos de Baixa Intensidade (1992). Tais manuais eram genéricos e enfatizavam as operações de con-

¹ O Oficial é ex-instrutor da ECEME, atual Comandante do CPOR/RJ e concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior no Exército dos EUA (Forte Leavenworth-KS).

² AYERS, James R., Major (USAF). Military Operations Other Than War in the New World Order: analysis of joint doctrine for the coming area. Master of Arts in Air Mobility. Air University. Ohio: Air Force Institute of Technology, 1996, p.3.



transurgência, desenvolvimento e defesa interna, e contranarcóticos. Em função da variedade dos conflitos que estavam ocorrendo naquele período, que abrangiam desde as guerras de independência de países do Leste europeu até operações de manutenção de paz, passando ainda pelas guerras civis em nações africanas e às crises humanitárias resultantes, tais manuais tornaram-se desatualizados rapidamente. No processo de revisão doutrinária, o Exército dos EUA iniciou a substituição do conceito de “Conflitos de Baixa Intensidade” pelos conceitos de “Hostilidades de Não-Guerra”, “Operações Militares de Não-Guerra”, e finalmente “Operações de Não-Guerra”.

Naquele período, em função da diminuição da ameaça soviética, o Exército dos EUA também foi demandado a mudar sua estratégia de força pré-posicionada e voltada para operações convencionais de larga escala, para tornar-se uma força de projeção de poder, inclusive com redução de efetivos. Contudo, o número de participações dos militares norte-americanos em missões com naturezas diversas aumentou. Possuindo diferentes objetivos e não se constituindo como operações de grande envergadura, como as tradicionalmente concebidas, tais missões evidenciaram a necessidade de adaptações e evoluções na organização, no material e no preparo das unidades militares americanas, com as decorrentes consequências na doutrina.

No ano de 1993 testemunhou-se o surgimento da doutrina voltada para as “Operações de Não-Guerra” (OOTW) no Exército dos EUA, com o lançamento do Manual de Campanha FM 100-5 Operações (*FM 100-5 Operations*), que incluiu, pela primeira vez, um capítulo destinado a esse assunto³. Em seguida, o Exército dos EUA também lançou o Manual de Campanha FM 100-23 Operações de Paz (*FM 100-23 Peace Operations*), revelando a preocupação em dotar suas forças de orientações precisas para o cumprimento de missões com natureza diversa do combate convencional.

O Manual de Campanha FM 100-5 (1993)⁴ menciona a importância estratégica do Exército dos EUA ao longo da história e destaca que sua missão principal é organizar, treinar e equipar forças para conduzir, prontamente e de forma sustentável, operações terrestres de combate. Contudo, ressalta também a competência da força na condução de operações contra-narcóticos, assistência à nação, apoio à segurança, e operações de estabilidade, sendo um dos únicos meios à disposição do Estado capazes de atuar de forma prolongada. Neste sentido, destaca que o Exército deve manter-se capaz de cumprir qualquer missão prevista no rol de operações, tanto em guerra quanto em Não-Guerra.

³ LUONG, Viet X. Major (US Army). The Light Infantry Battalion: facing the dilemma of war-fighting and questions other than war. Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas: 1999, p.2.

⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 1993, p.I-4.

O quadro a seguir, extraído do Manual de Campanha FM 100-5 (1993), mostra em que contextos, desde os tempos de paz até a guerra, os diversos tipos de operações de não-guerra poderiam ocorrer, segundo o entendimento daquela época.

STATES OF THE ENVIRONMENT	GOAL	MILITARY OPERATIONS	EXAMPLES
WAR	Fight and Win	WAR	<ul style="list-style-type: none"> • Large-scale combat operations ... • Attack • Defend
CONFLICT	Deter War and Resolve Conflict	OTHER THAN WAR	<ul style="list-style-type: none"> • Strikes and raids • Peace enforcement • Support to insurgency • Antiterrorism • Peacekeeping • NEO
PEACETIME	Promote Peace	OTHER THAN WAR	<ul style="list-style-type: none"> • Counterdrug • Disaster relief • Civil support • Peace building • Nation assistance

The states of peacetime, conflict, and war could all exist at once in the theater commander's strategic environment. He can respond to requirements with a wide range of military operations. Noncombat operations might occur during war, just as some operations other than war might require combat.

Figura 1 – Classificação das Operações Militares (1993)⁵

No capítulo 13 do mesmo manual, sob o título “Operações de Não-Guerra”, destaca-se que o assunto não é novidade para o Exército, o qual vem participando em diversas operações de não-guerra em apoio aos interesses nacionais, tais como: na proteção de cidadãos no estrangeiro; na construção de estradas, canais e pontes; no apoio a governos locais e estaduais, em caso de catástrofes e desastres naturais; no auxílio ao combate ao narcotráfico e em operações de paz⁶.

Destaca, também, que as operações de não-guerra podem ocorrer em tempos de paz, antes e/ou após a guerra e de forma simultânea com operações de combate, a fim de colaborar para atingir os objetivos estratégicos nacionais.⁷ Tais operações podem ser conduzidas dentro ou fora no território dos Estados Unidos, em conjunção com outros órgãos e agências do governo nacional ou estrangeiro, como parte do esforço nacional conjunto com finalidades diversas, por exemplo: proteger a estabilidade regional, fortalecer ou estabelecer regimes democráticos; prover assistência humanitária, manter a influência americana, en-

⁵ Ibid, p.2-1

⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 1993, p.13-0.

⁷ Ibid, p.13-1.



Em 1995, reforçando a necessidade da emissão de diretrizes claras, conceitos corretos e princípios de emprego na condução de operações de não-guerra, foi lançada pelo Estado-Maior Conjunto dos EUA, a Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (*Joint Publication 3-07 Joint Doctrine for Military Operations Other Than War*).⁸ Tal documento destaca que tais operações devem complementar os demais instrumentos do poder nacional na busca dos objetivos estratégicos norte-americanos, devendo focar na prevenção dos conflitos e na promoção da paz.

O quadro a seguir, extraído da Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (1995), mostra o enquadramento das operações de não-guerra no contexto geral das operações, segundo o entendimento daquela época, se percebe que tais operações podem compreender ações de combate ou não-combate, conduzidas simultaneamente ou não, e com os objetivos de promover a paz, apoiar autoridades civis, deter a guerra e resolver conflitos.

A Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (1995)⁹ apresentava 16 (dezesseis) tipos de operações classificadas como de não-guerra, a saber:

- a. controle de armas;
- b. combate ao terrorismo (contra-terror e anti-terror);
- c. apoio a operações contra-narcóticos;
- d. operações de interceptação marítima;
- e. estabelecimento de zonas de exclusão;
- f. garantia da liberdade de sobrevoo e navegação;
- g. assistência humanitária;
- h. apoio militar às autoridades civis;
- i. apoio à contrainsurgência/assistência a nações (assistência à segurança, programas civis e humanitários, defesa interna estrangeira, etc);
- j. evacuação de não-combatentes;
- k. operações de paz (manutenção e/ou imposição da paz, diplomacia preventiva, *peacemaking, peacebuilding*);
- l. proteção de embarcações;
- m. operações de busca e salvamento;
- n. ataques; e
- o. apoio a insurgências.

⁸ _____. Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (*Joint Publication 3-07 Joint Doctrine for Military Operations Other Than War*). Washington, DC: Joint Staff, 1995.

⁹ Ibid, p.III-1.

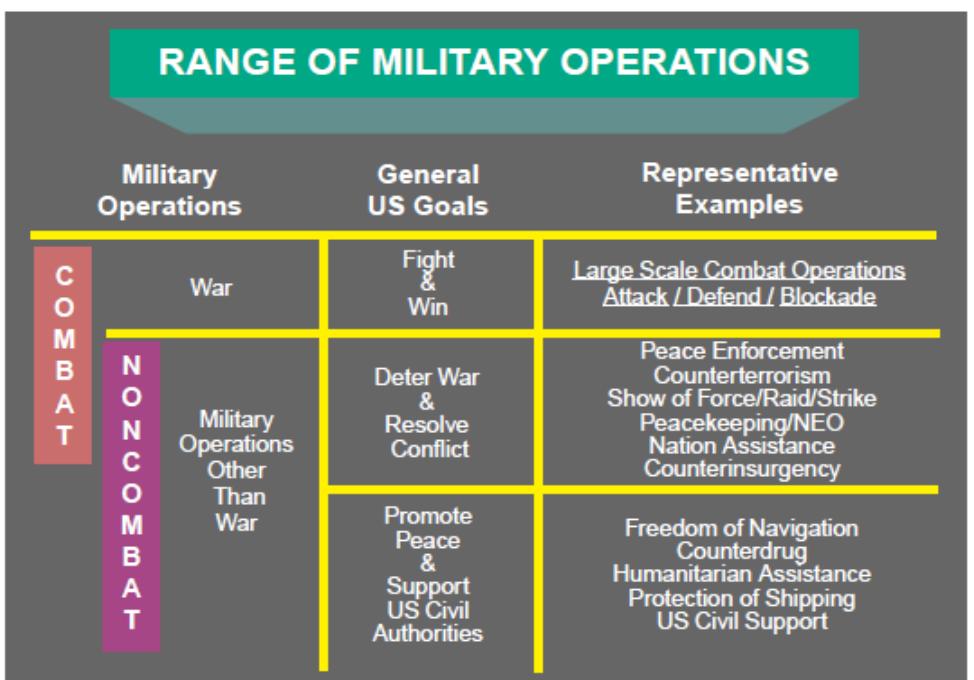


Figura 2 – Classificação das Operações Militares (1995)¹⁰

Outra publicação conjunta lançada em 1995, a JP 3-0 Operações Conjuntas (*JP 3-0 Joint Operations*)¹¹, também destinou um Capítulo para tratar das operações de não-guerra, e destacou que tais operações podem ocorrer com o envolvimento do uso ou ameaça do uso da força, como forma de demonstrar a capacidade e o compromisso norte-americano para resolver determinada situação de crise, ou sem o uso ou a ameaça do uso da força, por meio das atividades cotidianas em tempos de paz.

A JP 3-0 Operações Conjuntas (1995)¹² abordou, ainda, o conceito de “Ação Unificada” (*unified action*, em inglês), que, mais tarde, viria a servir como base conceitual para o desenvolvimento da doutrina conjunta norte-americana, impactando, inclusive, na supressão do termo “Operações de Não-Guerra” nos anos subsequentes. Segundo a JP 3-0 (1995), o conceito de ação unificada é abrangente e compreende a aplicação sincronizada dos instrumentos do poder nacional e internacional, incluindo ações de organizações militares e não-militares.

¹⁰ ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (*Joint Publication 3-07 Joint Doctrine for Military Operations Other Than War*). Washington, DC: Joint Staff, 1995, p.I-2.

¹¹ ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (*Joint Publication 3-0 Joint Operations*). Washington, DC: Joint Staff, 1995, p.II-2.

¹² Ibid, p.II-3.

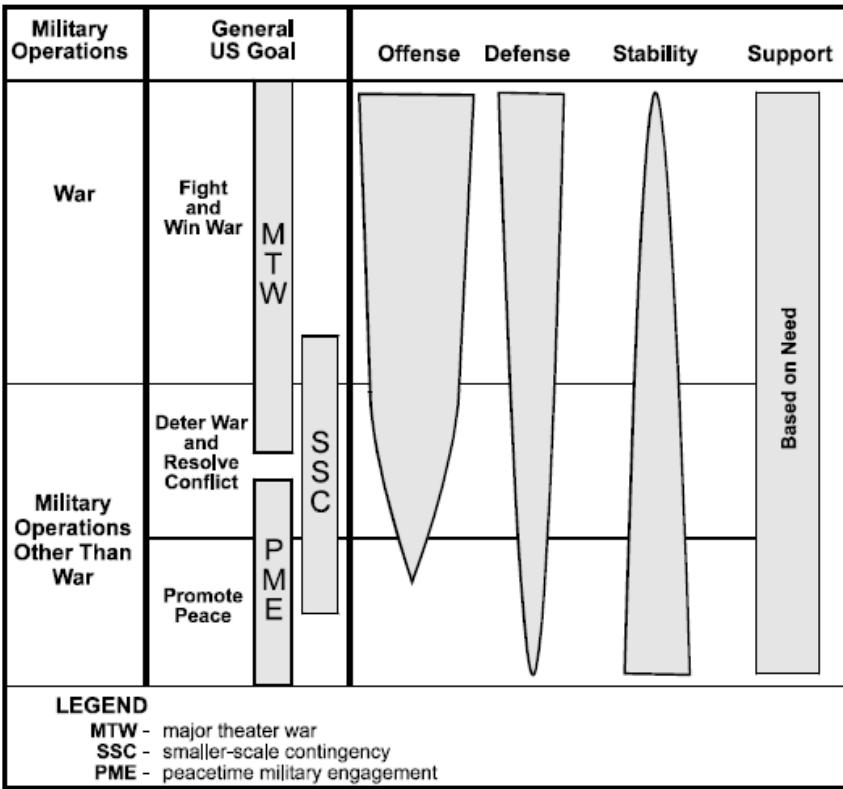


Em 2001, com base nas experiências e lições aprendidas nas operações conduzidas pelas forças armadas dos EUA durante a década de 1990, foi lançada uma edição atualizada da Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas. Esta versão manteve um capítulo destinado às operações de não-guerra, e acrescentou ao rol das operações desta natureza o gerenciamento das consequências (consequence management) em resposta a acidentes ou incidentes radiológicos ou nucleares envolvendo armas de destruição em massa, tanto no território americano quanto no exterior.

Ressalta-se, entretanto, que a JP 3-0 Operações Conjuntas (2001) foi a última publicação conjunta que conferiu às operações de não-guerra este entendimento como tipo de operações militares, quase autônomas, focadas para deter a guerra ou promover a paz. Na próxima edição da JP 3-0 Operações Conjuntas, lançada em 2006, as operações de não-guerra foram absorvidas no contexto das operações de amplo espectro (*full spectrum operations*), tornando-se mais integradas no contexto da futura doutrina conjunta da “ação unificada”.

No âmbito do Exército, o Manual de Campanha FM 3-0 Operações (FM 3-0 Operations), lançado em 2001, apesar de baseado na Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (2001), já não tratava das operações de não-guerra em um capítulo independente. Tratando-se de um manual de campanha que estabelecia o conceito das “Operações de Amplo Espectro” como base doutrinária do Exército¹³, a única menção às operações de não-guerra ocorreu quando da explicação do novo conceito doutrinário, no qual relatou que o Exército conduz operações de amplo espectro durante todas as fases de um conflito e que os comandantes em todos os escalões devem combinar diferentes tipos de operações, simultânea ou sequencialmente, para cumprir as missões na guerra e nas operações de não-guerra.¹⁴

Pode-se observar no quadro a seguir, extraído do FM 3-0 (2001), como as operações de não-guerra ainda eram entendidas no espectro do conflito, predominando na fase dos engajamentos militares em tempos de paz e das contigências de menor escala, com os objetivos de promover a paz, deter a guerra e resolver conflitos.

Figura 3 – O espectro dos conflitos (2001)¹⁵

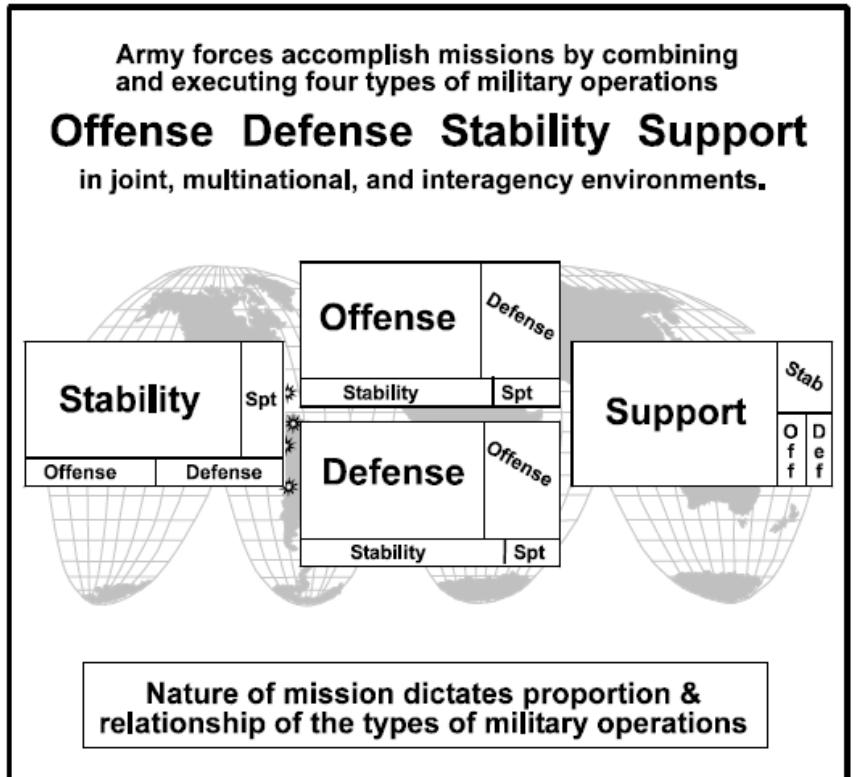
A partir da edição do FM 3-0, lançada em 2001, o conceito de “operações de amplo espectro” passou ser dominante na doutrina norte-americana. Segundo este novo conceito, o Exército deve cumprir as missões por meio da combinação e execução de quatro tipos de operações militares – ofensiva, defensiva, estabilidade e apoio -, em ambiente operacional conjunto, multinacional e interagências. A natureza da missão é que dita a proporção e o relacionamento entre os quatro tipos de operações militares.¹⁶

13 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2001, p.vii.

14 Ibid, p.1-14.

15 Ibid, p.1-15.

16 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2001, p.1-15.

Figura 4 – Operações de Amplo (2001)¹⁷

No manual de campanha FM 3-0 (2001), as operações de não-guerra, relacionadas nos manuais anteriores de forma independente e tratadas em capítulo à parte, foram classificadas como tipos de operação de estabilidade ou de apoio, distribuídas conforme o seguinte:

a. operações de estabilidade:¹⁸

- operações de paz;
- defesa interna de estrangeiro;
- assistência em segurança;
- assistência humanitária e civil;
- apoio à insurgência;
- apoio à contrainsurgência;
- apoio a operações contra-narcóticos;
- combate ao terrorismo;
- evacuação de não-combatentes;
- controle de armas;

17 Ibid, p.1-16.

18 Ibid, p.9-6.

- demonstração de força;
- b. operações de apoio:¹⁹
 - apoio a autoridades civis;
 - assistência humanitária internacional;
 - apoio em casos desastres naturais e calamidades;
 - gerenciamento das consequências em caso de acidente QBRN;
 - apoio a autoridades policiais;
 - assistência à comunidade.

No mesmo sentido, o Exército lançou o Manual de Campanha FM 3-07 Operações de Estabilidade e Operações de Apoio (*FM 3-07 Stability Operations and Support Operations*)²⁰, em 2003, detalhando as características e os objetivos de cada tipo daquelas operações. O FM 3-07 (2003) apresentou ainda o seguinte quadro resumo dos tipos de operações militares:

TYPES OF MILITARY OPERATIONS	OFFENSE	DEFENSE	STABILITY	SUPPORT
Types of Offensive Operations <ul style="list-style-type: none"> ▪ Movement to Contact ▪ Attack ▪ Exploitation ▪ Pursuit Forms of Maneuver <ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelopment ▪ Turning Movement ▪ Frontal Attack ▪ Penetration ▪ Infiltration 	Types of Defensive Operations <ul style="list-style-type: none"> ▪ Area Defense ▪ Mobile Defense ▪ Retrograde 	Types of Stability Operations <ul style="list-style-type: none"> ▪ Peace Operations ▪ Foreign Internal Defense ▪ Security Assistance ▪ Humanitarian and Civic Assistance ▪ Support to Insurgencies ▪ Support to Counter-drug Operations ▪ Combating Terrorism ▪ Noncombatant Evacuation Operations ▪ Arms Control ▪ Show of Force 	Types of Support Operations <ul style="list-style-type: none"> ▪ Domestic Support Operations ▪ Foreign Humanitarian Assistance 	
TYPES OF TACTICAL ENABLING OPERATIONS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconnaissance Operations ▪ Security Operations ▪ Troop Movement ▪ Breach 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ River Crossing ▪ Relief in Place ▪ Passage of Lines ▪ Information Operations 	

Figura 5 – Operações de Estabilidade e Operações de Apoio (2003)²¹

A partir de 2001, portanto, o termo operações de não-guerra foi perdendo espaço na doutrina militar dos Estados Unidos. As próximas edições das Publicações Conjuntas JP 3-0 Operações Conjuntas, lançadas em 2006 e 2011

19 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2001, p.10-0.

20 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 3-07 Operações de Estabilidade e Operações de Apoio (FM 3-07 Stability Operations and Support Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2003.

21 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 3-07 Operações de Estabilidade e Operações de Apoio (FM 3-07 Stability Operations and Support Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2003, p.1-2.



(em vigor), não fazem mais menção a este conceito. A publicação JP 3-0 Operações Conjuntas, de 2006, especificamente, menciona a “**interrupção do uso da expressão operations other than war**” (grifo nosso).²²

Desde então, a doutrina conjunta passou a explorar o conceito de “ação unificada” e o papel das operações militares conjuntas como parte do esforço de todo o governo em busca dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Neste sentido, a Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (2006) descreve como as capacidades militares conjuntas devem ser aplicadas ao longo do espectro do conflito, a saber:²³ desde os tempos de paz, por meio de engajamentos militares, cooperação em segurança e atividades de prevenção; na resposta a crises ou na condução de operações limitadas de contingência, e por meio de operações de maior envergadura ou de campanhas militares.

E a publicação JP 3-0 (2006) distribui os tipos de operações militares, conforme o seguinte:

a. engajamentos militares, cooperação em segurança e atividades de prevenção²⁴

- preparação para emergências;
- controle de armas e desarmamento;
- combate ao terrorismo;
- apoio a operações contranarcóticos;
- imposição de sanções;
- imposição de zonas de exclusão;
- garantia à navegação e sobrevoos;
- assistência a nações estrangeiras;
- proteção de embarcações;
- demonstração de força;
- apoio à contrainsurgência ou insurgência.

b. resposta a crises ou na condução de operações de contingência²⁵

- evacuação de não-combatentes;
- operações paz;
- assistência humanitária internacional;
- busca e salvamento;
- gerenciamento de consequência (desastres naturais e outros);
- ataques limitados;
- defesa interna dos EUA.

²² _____. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2006, p.iii.

²³ IBID, p.I-7.

²⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2006, p.I-8.

²⁵ Ibid, p.I-9.

- apoio a autoridades civis (defesa civil, segurança pública)
- c. operações de maior envergadura ou de campanhas militares²⁶
- ofensivas;
- defensivas;
- estabilidade.

No âmbito do Exército, o Manual de Campanha FM 3-0 Operações (*FM 3-0 Operations*), lançado em 2008, ressalta que o conceito das operações de amplo espectro foi a maior mudança na doutrina do Exército, que começou com o FM 3-0 (2001). Além disso, destaca que as operações de estabilidade e de apoio não podem ser algo que o Exército conduz como “não-guerra”, devendo ser consideradas antes, durante e depois do conflito.²⁷

No Manual de Campanha FM 3-0, de 2008, fica claro que o conceito operacional do Exército passou a ser o das “operações de amplo espectro”, segundo o qual o Exército deve combinar o uso de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio a autoridades civis, como parte do esforço nacional unificado. Neste contexto, fora do território norte-americano pode-se combinar o emprego de operações ofensivas, defensiva e de estabilidade. Enquanto no interior dos Estados Unidos, combinam-se operações ofensivas, defensivas e de apoio a autoridades civis, conforme apresentado no quadro a seguir:

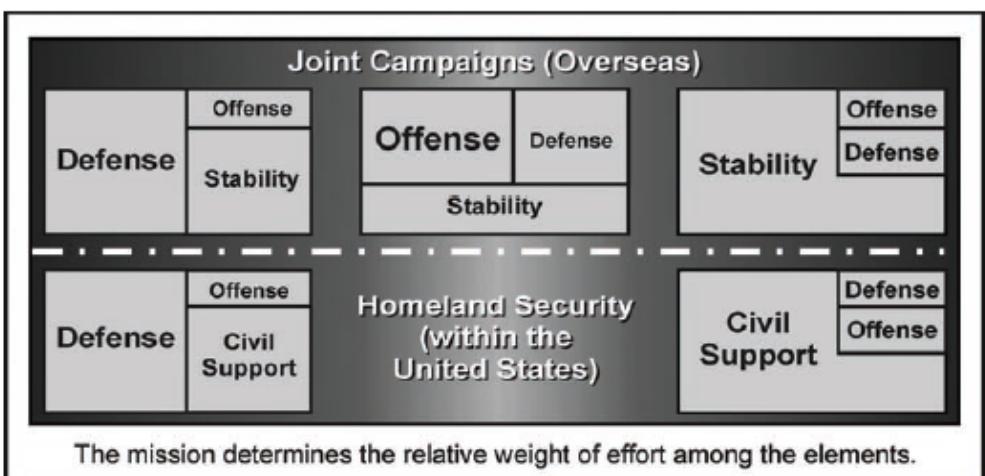


Figura 6 – Operações de Amplo Espectro: conceito operacional do Exército (2008)²⁸

O mesmo manual destaca, ainda, que a combinação dos tipos de operações deve ocorrer em função das tarefas essenciais e dos propósitos a serem atingidos com as ações. Neste sentido, apresenta um rol exemplificativo de tarefas

²⁶ Ibid, p.I-9.

²⁷ ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 3-0 Operações (FM 3-0 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2008, p.viii.

²⁸ Ibid, p.3-1.



A Evolução Doutrinária do Conceito de Operações de Não-Guerra nos Estados Unidos da América e propósitos, recorrentes em cada tipo de operação, abaixo transcrito.

Offensive Operations	Defensive Operations
Primary Tasks <ul style="list-style-type: none"> Movement to contact Attack Exploitation Pursuit Purposes <ul style="list-style-type: none"> Dislocate, isolate, disrupt, and destroy enemy forces Seize key terrain Deprive the enemy of resources Develop intelligence Deceive and divert the enemy Create a secure environment for stability operations 	Primary Tasks <ul style="list-style-type: none"> Mobile defense Area defense Retrograde Purposes <ul style="list-style-type: none"> Deter or defeat enemy offensive operations Gain time Achieve economy of force Retain key terrain Protect the populace, critical assets, and infrastructure Develop intelligence
Stability Operations	Civil Support Operations
Primary Tasks <ul style="list-style-type: none"> Civil security Civil control Restore essential services Support to governance Support to economic and infrastructure development Purposes <ul style="list-style-type: none"> Provide a secure environment Secure land areas Meet the critical needs of the populace Gain support for host-nation government Shape the environment for interagency and host-nation success 	Primary Tasks <ul style="list-style-type: none"> Provide support in response to disaster or terrorist attack Support civil law enforcement Provide other support as required Purposes <ul style="list-style-type: none"> Save lives Restore essential services Maintain or restore law and order Protect infrastructure and property Maintain or restore local government Shape the environment for interagency success

Figura 7 – Operações de Amplo Espectro: tarefas e propósitos ²⁹

O Manual de Campanha FM 3-07 Estabilidade (FM 3-07 *Stability*), também lançado em 2008, na mesma linha, descreve os tipos de tarefas a serem cumpridas e propósitos a serem atingidos, no contexto das operações de estabilidade conduzidas fora do território norte-americano.

No entanto, em 2011, como resultado do ciclo de revisão doutrinária conjunta, foi lançada uma versão atualizada da Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (JP 3-07 Joint Operations). Tal versão ratificou o conceito operacional de “ação unificada”, proposto inicialmente pela JP 3-0 publicação em 2006, como base para o emprego das forças militares norte-americanas, conforme pode-se observar na figura a seguir.

29 ESTADOS UNIDOS DAS AMÉRICA. Manual de Campanha FM 3-0 Operações (FM 3-0 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2008, p.3-7.

Tenente Coronel SANDRO Ernesto GOMES

Range of Military Operations



Figura 8 – Operações militares no espectro do conflito ³⁰

A referida publicação não menciona o conceito de operações de amplo espectro, constante em manuais do Exército até então. Portanto, a partir daquele momento, o conceito de “ação unificada” serviu de base para a atualização das demais publicações conjuntas e das forças singulares.

Nesse contexto, em 2011, foi lançada a Publicação Conjunta JP 3-07 Operações de Estabilidade (JP 3-07 Stability Operations),³¹ detalhando tais operações no contexto da ação unificada, e substituindo, de vez, a Publicação Conjunta JP 3-07, de 1995, que tratava sobre as operações de não-guerra.

No âmbito do Exército, foi lançada a Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-0 Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0 Unified Land Operations),³² que ajustou o conceito operacional do Exército ao conceito conjunto de ação unificada. A partir de então, o conceito de “operações de amplo espectro” deu lugar ao conceito de “operações terrestres unificadas”, servindo de base para a atualização das demais publicações do Exército.

Na sequência, portanto, foram atualizadas diversas publicações, dentre as quais a ADP 3-90 Ofensiva e Defensiva (ADP 3-90 Offense and Defense)³³, a ADP 3-07 Estabilidade (ADP 3-07 Stability)³⁴ e a ADP 3-28 Apoio da Defesa à 30 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2011, p.I-5.

31 _____. Publicação Conjunta JP 3-07 Operações de Estabilidade (Joint Publication 3-07 Stability Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2011.

32 _____. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-0 Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0 Unified Land Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2011.

33 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-90 Ofensiva e Defensiva (ADP 3-90 Offense and Defense). Washington, DC: Department of the Army, 2011.

34 _____. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-07 Estabilidade (ADP 3-07 Stability). Wash-



Autoridades Civis (*ADP 3-28 Defense Support of Civil Authorities*), ajustando-as ao conceito de operações terrestres unificadas. Este novo conjunto de manuais do Exército ratifica os entendimentos apresentados no manual FM 3-0 Operações, do ano de 2008, explorando as atividades a serem desenvolvidas pela força terrestre em função das tarefas a serem cumpridas e dos propósitos a serem obtidos pelas ações terrestres no contexto de esforço unificado de todo o governo em busca dos objetivos nas diversas esferas.

3. CONCLUSÃO

Este artigo teve por escopo apresentar como as ditas operações de não-guerra vêm sendo entendidas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos da América, com destaque para o Exército. Procurou-se explorar a evolução doutrinária das operações de não-guerra, a partir do fim da Guerra Fria, apresentando o surgimento do conceito de operações de não-guerra (*operations other than war*) e como este foi entendido nas diversas publicações conjuntas e do Exército.

Verificou-se que o conceito é antigo e abrangente, e que, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente nos textos doutrinários norte-americanos desde o início da década de 1990. Ao longo da evolução doutrinária, as atividades que envolvem mais do que o emprego das funções de combate tradicionais foram sendo incorporadas na forma de atuar do Exército norte-americano. Inicialmente, tanto a doutrina conjunta quanto os manuais de campanha deram um tratamento quase autônomo a tais operações, explorando-as em capítulo separado no interior das publicações. Em um segundo momento, as atividades relacionadas às operações de não-guerra foram integradas ao contexto das operações de amplo espectro, conceito doutrinário vigente no Exército na década de 2000. E na doutrina vigente, consequência da doutrina conjunta baseada no conceito de ação unificada, enfaticamente tratada nas publicações conjuntas do ano de 2011, as atividades foram plenamente absorvidas na doutrina militar terrestre, sob a forma tarefas e propósitos a serem cumpridas por meio de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio a autoridades civis, no contexto da ação terrestre unificada.

Deste modo, ao finalizar este artigo, pode-se concluir que o conceito de operações de não-guerra deixou de existir na doutrina militar dos EUA enquanto tipos de operações. Contudo, o entendimento de que, ao lado das ações de combate, deverão coexistir ações não cinéticas e de naturezas variadas, com o intuito de cooperar no esforço nacional para alcançar os objetivos propostos, está plenamente contemplado pela doutrina militar dos Estados Unidos da América.

REFERÊNCIAS

- AYERS, James R., Major (USAF). Military Operations Other Than War in the New World Order: analysis of joint doctrine for the coming area. Master of Arts in Air Mobility. Air University. Ohio: Air Force Institute of Technology, 1996
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 1993
- _____. Manual de Campanha FM 100-5 Operações (Field Manual 100-5 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2001
- _____. Manual de Campanha FM 3-0 Operações (FM 3-0 Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2008
- _____. Manual de Campanha FM 3-07 Operações de Estabilidade e Operações de Apoio (FM 3-07 Stability Operations and Support Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2003
- _____. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 1995
- _____. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2006
- _____. Publicação Conjunta JP 3-0 Operações Conjuntas (Joint Publication 3-0 Joint Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2011
- _____. Publicação Conjunta JP 3-07 Doutrina Conjunta para Operações Militares de Não-Guerra (Joint Publication 3-07 Joint Doctrine for Military Operations Other Than War). Washington, DC: Joint Staff, 1995
- _____. Publicação Conjunta JP 3-07 Operações de Estabilidade (Joint Publication 3-07 Stability Operations). Washington, DC: Joint Staff, 2011
- _____. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-0 Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0 Unified Land Operations). Washington, DC: Department of the Army, 2011
- _____. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-07 Estabilidade (ADP 3-07 Stability). Washington, DC: Department of the Army, 2012
- _____. Publicação Doutrinária do Exército ADP 3-90 Ofensiva e Defensiva (ADP 3-90 Offense and Defense). Washington, DC: Department of the Army, 2011
- LUONG, Viet X. Major (US Army). The Light Infantry Battalion: facing the dilemma of waging and questions other than war. Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas: 1999
- SCHUBERT, Frank N. Other than War: The American Military Experience and Operations in the Post-Cold War Decade. Washington, DC: Office of the Chairman of the Joint Chiefs of Staff, 2013



ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS MEXICANAS EM SITUAÇÃO DE NÃO GUERRA

Tenente-Coronel Tiago Corradi JUNQUEIRA Pinto¹

1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas dos Estados Unidos Mexicanos são constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea, sob o comando do Presidente da República e estão divididos em duas Secretarias de Estado, Secretaria de Marinha e Armada do México (SEMAR) e a Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA). Compartilham a missão de defender a integridade, a independência e a soberania da Nação mexicana. Conforme sua doutrina de emprego, podem atuar em um cenário de Guerra e de Não Guerra, em um contexto de defesa interna ou externa.

A SEMAR conta com seus meios navais, aéreos e de Infantaria de Marinha para a vigilância e salvaguarda do Litoral Mexicano, do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva, Espaço Aéreo Marítimo, bem como das águas interiores fluviais e lacustres.

A SEDENA, composta pelo Exército e Força Aérea Mexicanos, chefiada impreterivelmente por um Oficial General do Exército, é um organismo do poder público federal e de defesa que tem como missão:

- defender a integridade, a independência e a soberania da nação;
- garantir a segurança interior e realizar ajuda humanitária;
- auxiliar a população civil em casos de necessidades públicas;
- organizar, administrar e preparar o Exército e Força Aérea;
- organizar e preparar o serviço militar nacional;
- organizar as reservas do Exército e da Força Aérea;
- manobrar o efetivo das forças;
- planejar e dirigir a mobilização para a defesa do país, bem como dirigir e assessorar a defesa civil; e
- controlar a fabricação e a venda de armas de fogo.

SEDENA e SEMAR são duas secretarias independentes que atuam interna e externamente e compartilham os mesmos objetivos nacionais, atuam de forma singular e em conjunto, pois sofrem as mesmas ameaças e possuem um papel de grande relevância no país. Para atingir seus objetivos, a Secretaria de Defesa Nacional possui três principais planos de defesa, Plan DN-I, contra uma ameaça a soberania do país por

¹ O autor é ex-instrutor da ECUME, atual Comandante do 4º BIL e realizou o CCEM no Exército Mexicano em 2014.

uma Força Estrangeira Inimiga. O Plan DN-II, visando o combate as Forças Internas que ameaçam as instituições e a segurança do povo mexicano. O Plan DN-III que emprega o Exército e Força Aérea Mexicana em apoio à população civil, em calamidades como terremotos e furacões.

O México, devido a sua posição geográfica, encontra-se em um arco de defesa onde sofre grande influência dos Estados Unidos da América. Isso somado à Política de Estado Mexicana de não intervenção, torna o Plan DN-I com baixa probabilidade de emprego. De forma oposta, as ameaças internas e transnacionais impostas pelo crime organizado, pelo narcotráfico e pelos constantes desastres naturais que ocorrem no país, obrigam a Secretaria de Defesa Nacional a executar os Planos de Defesa, Plan DN-II e Plan DN-III.

2. OS PLANOS DE DEFESA NACIONAIS II E III

a. Plan DN-II

Na defesa interna, o povo mexicano é marcado em sua história por inúmeras questões envolvendo grupos sociais subversivos que perturbavam a ordem e comprometiam a integridade do país. Esses grupos sobrevivem até os dias de hoje, porém estão reduzidos e enfraquecidos, realizando principalmente revindicações sociais e políticas. O último confronto foi em 1994 contra o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que durou 12 dias. Nesta ocasião, o Exército concentrou uma enorme quantidade de tropa e na expectativa de um massacre, o Presidente da República deu a ordem de cessar fogo, amenizando a crise. Atualmente, além do EZLN, existem mais 3 (três) grupos subversivos principais, sendo o Exército Popular Revolucionário (EPR), a Frente Democrática Revolucionária (FDR) e o Exército Revolucionário do Povo Insurgente (ERPI). Na maioria dos casos, se tornaram partidos políticos e defendem as causas indígenas e sociais, concentrados no sul do país.

No entanto, a grande preocupação mexicana atual é a guerra contra o narcotráfico. Essa luta começou oficialmente em 11 de dezembro de 2006, quando o então presidente FELIPE CALDEIRON decretou a chamada “Guerra contra o tráfico”.

Os presidentes que seguiram mantiveram essa meta e pouco a pouco os Cartéis foram perdendo suas áreas de controle. A credibilidade das Forças Armadas aumentou e o terror imposto pelo narcotráfico começou a cair.

*“Pueden estar seguros de que, a pesar de la adversidad que nos ha tocado vivir, las mexicanas y los mexicanos del mañana recordarán estos días como el momento en el que el país comenzó a romper las cadenas que lo querían atar a la criminalidad, a la inseguridad y a la violencia...
(Mensaje presidente Felipe Calderón, www.radioformula.com.mx)*

(“Podem estar certos que apesar das adversidades que nos assolam, as mexicanas e os mexicanos do futuro recordarão estes dias como o momento em que o país começou a romper as amarras impostas pela criminalidade, a insegurança e a violência....- tradução do Autor)

A Política de Estado do Presidente da República conta com várias estratégias para sua realização, dentre elas esta a prevenção ao delito e a diminuição dos problemas sociais, a justiça penal eficaz, profissionalização e fortalecimento dos corpos de polícia, transformação do sistema penitenciário, dentre outros.

A participação da SEDENA nas operações de não guerra, na luta contra o narcotráfico obedece uma decisão presidencial que se sustenta na Constituição Política do País (ART 89), que faculta ao presidente de empregar a totalidade das Forças Armadas permanentes na segurança interna e externa da federação. Cumple também importante papel de proporcionar às instituições de segurança pública, tempo necessários para sua reestruturação, capacitação e profissionalização em médio prazo para reassumir suas funções.

A aplicação do uso da força, pelas três Forças Armadas, publicada no Diário Oficial da Federação, de 30 de maio de 2014, guia a atuação do Exército e Força Aérea Mexicana nas atividades junto às autoridades de segurança pública nas tarefas focadas em reduzir a violência do país e eliminar as atividades ilícitas das organizações criminosas.

O crime organizado constitui um dos maiores desafios do atual governo. O cenário contemporâneo agrava esse desafio devido à permissividade das fronteiras entre os países convertendo - se em um problema de caráter transnacional. Essa situação torna-se mais complexa devido a posição geográfica do México. Sua proximidade com os Estados Unidos da América, um dos destinos mais procurados do planeta, torna-o rota natural para imigrantes ilegais, tráfico de drogas e do contrabando armas de fogo. (figura Nr 1).

PONTOS CRÍTICOS DA FRONTEIRA ENTRE EUA E MÉXICO

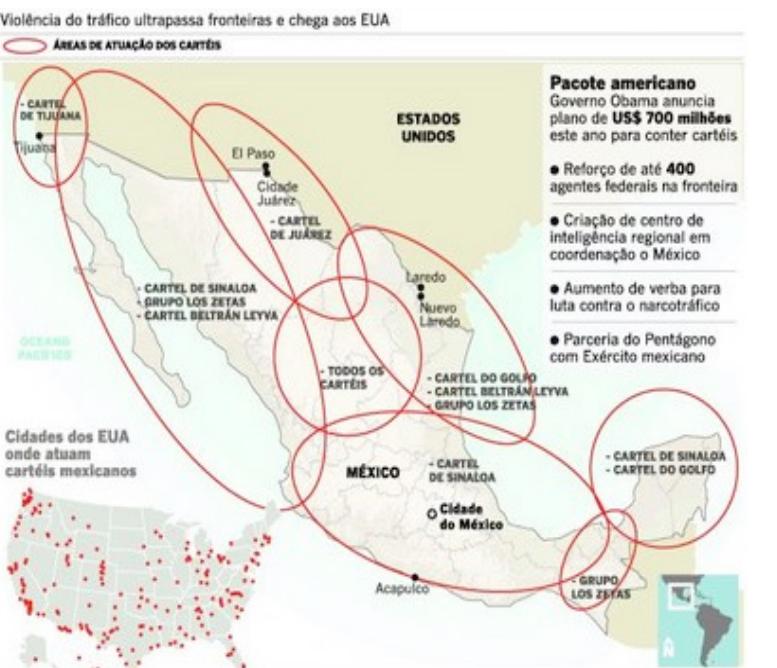


Figura Nr 1 – Pontos críticos na fronteira entre México e EUA.
Fonte: Procuradoria Geral do México e escritório de Governança do EUA, extraído do Google.

Muitos desses indivíduos que tentam entrar clandestinamente nos EUA são barrados na fronteira, permanecendo no país, tornando-se mão de obra para as atividades ilícitas e para o narcotráfico.

Agravando a situação, o país é residência dos líderes dos principais Cartéis do tráfico de drogas mundial, que coordenam a confecção e distribuição de drogas para todo o mundo e podem contaminar as instituições do governo. As redes criminosas se expandem de maneira dramática em tamanho, alcance e influência, impactando na estabilidade do país e podendo contaminar as instituições do governo.

Nesse contexto os órgãos de segurança pública carecem de meios e de credibilidade para se contraporem a essas ameaças, necessitando do apoio das Forças Armadas para criarem condições de mitigar esses grupos. Cabe ressaltar que o modo de emprego utilizado por essas organizações criminosas se assemelham a ações terroristas, causando medo na população e dominando grandes áreas territoriais do país.

O país apresenta várias áreas críticas, particularmente na fronteira norte, no Golfo do México, no litoral do Pacífico e no centro do país. Agravando essa problemática observam-se alguns fatores que contribuem para o fortalecimento do Crime Organizado, que são:



- A debilidade dos órgãos de segurança pública;
- O poder corruptivo dos carteis;
- Aumento do mercado consumidor;
- Proteção social para a população empregada como mão de obra.

Atualmente, os principais Cartéis que dominam o narcotráfico no México são o Cartel de Sinaloa, Cartel do Golfo, Cartel de Tijuana, Cartel Jalisco Nova Geração, La Familia Michoacana, Cartel de Juarez e Los Zetas. Este último, o mais violento, formou-se de ex-militares das Forças Especiais Mexicanas enviados em uma operação para debelar o Cartel do Golfo, tornando-se inicialmente seu braço armado, e, atualmente, são independentes, dominando grandes áreas. O chefe do Cartel de Sinaloa, Joaquim Guzman, El CHAPPO, protagonizou em 2015 uma das mais cinematográficas fugas de penitenciarias já vistas, o que comprometeu sencivelmente a credibilidade o Governo Mexicano. (Figura Nr 2)

Nesse contexto, o Plano de Defesa Nacional (Plan DN-II) foi criado para focar as ações das Forças Armadas. Este plano define as ações em Não-Guerra num cenário de defesa interna. As ações do Exército e da Força Aérea Mexicana atuam principalmente em três vertentes.

- Na erradicação dos grupos criminosos;
- Na interceptação das atividades ilícitas; e
- Na preservação da paz e da segurança do país.

PRINCIPAIS CARTEIS MEXICANO



Figura Nr 2 – Mapa dos território controlados pelos Cartéis
Fonte: Wikipédia, em 29 de novembro de 2016

Basicamente nessas fases são realizadas as seguintes atividades:

- Erradicação: minar a base econômica dos narcotraficantes, impedindo a colheita das drogas em áreas tradicionais e não tradicionais. Nesta fase, há um grande emprego de Operações Aeromóveis para monitoramento das áreas, buscando a quebra do ciclo produtivo. São realizados também reconhecimentos terrestres para erradicar o plantio, mão de obra, centros de apoio e acampamentos. O principal foco da erradicação é eliminar ou reduzir a produção das drogas. (Figura Nr 3);

- Interceptação: evitar o uso do território nacional para o tráfico de armas, drogas, psicotrópicos e produtos químicos, estabelecendo postos militares de segurança (check points) sobre estradas, aeroportos, portos, estações ferroviárias e Aduanas. Esses postos de segurança são permanentes e são distribuídos em todo o território mexicano, principalmente na região norte. São estabelecidos vários postos (Postos de Bloqueio e Controle de Estradas) fixos e móveis nas principais estradas do país, principalmente nas que demandam das áreas rurais para as áreas urbanas. Cabe ressaltar que, em algumas regiões, a exemplo do Estado de Tamaulipas, onde a violência é mais presente, a quantidade de tropa empregada é muito superior. Nessas áreas, os militares e seus familiares dificilmente se deslocam sem escoltas, muitas vezes, os militares que são transferidos para essas regiões não levam seus familiares, devido ao alto índice de violencia. (Figura Nr 4)

- Preservação da paz e da segurança do país: realizar ações institucionais, empregando unidades em áreas de alta incidência do crime organizado. Essas ações visam a desarticular as estruturas, as redes operativas, logísticas e financeiras do narcotráfico, bem como realizar a segurança de instalações estratégicas. São realizados ações de apoio ao fortalecimento das capacidades do Estado, como o adestramento das polícias federais, estaduais e municipais. É realizado também reconhecimento em todo o território mexicano, monitoramento de presídios e a aplicação das leis federais quanto ao controle de armas de fogo e explosivos.

EXÉRCITO MEXICANO ATUANDO EM NÃO-GUERRA NA DEFESA INTERNA

Paralelamente à atuação da tropa, existe um grande trabalho de inteligência realizado pela SEDENA, SEMAR e Agências do Governo. Esse trabalho vem contribuindo sobremaneira no êxito das operações. Essa atuação conjunta e interagência é feita principalmente na área de inteligência. Existem também contatos com órgãos de inteligências de outros países, como os Estados Unidos da América, buscando ampliar a rede de informações e aumentar a eficiência das ações. Dentro do país existe ainda uma interação com as diversas agências dos órgãos do governo. Foram criados dezenas de Comitês e Programas de assistência

à população, aos funcionários públicos, à polícia e outros, para a conscientização e o controle institucional, bem como um programa de proteção à população que contribuir com o esforço de busca das operações.



Una unidad del Ejército Mexicano equipada con un Lanzagranadas Mk 19 en un retén de vehículos



Soldados mexicanos en Tamaulipas descansando después de realizar una operación

Figura Nr 3 e Nr 4 – Soldados em Operação

Fonte: Wikipédia, em 29 de novembro de 2016)

Com essas ações, a SEDENA conquistou resultados expressivos contra o crime organizado e o narcotráfico. O Exército Mexicano vem estabilizando a segurança do país e enfrenta com bravura essa ameaça, reconquistando sua credibilidade e áreas importantes do território mexicano.

b. Plan DN-III

As Forças Armadas Mexicanas também possuem a missão de contribuir com o país no apoio às calamidades e aos desastres. O México, como outros países das Américas, tem sofrido com os fenômenos naturais, tais como os furacões, vulcões e terremotos.

Todos os anos, a população sofre com a passagem de furacões, que causam severos danos, principalmente nas cidades litorâneas. O país também faz parte do “Cinturón del Fuego del Pacífico”, que se estende nas costas dos dois lados do oceano, onde se encontra a maior parte dos vulcões ativos do mundo. Quanto aos terremotos, o território mexicano é afetado por cinco diferentes placas tectônicas. A maior parte do território se encontra sobre a “Placa da América do Norte”. A Península da Baixa California está sob a “Placa do pacífico”, onde se encontra a famosa “Falha de San Andreas”. E a parte sul, o Estado de Chiapas está a “Placa do Caribe”. Na costa do Pacífico, entre o estado de Jalisco e Chiapas,

existe duas placas no fundo do mar chamadas de “Cocos e Rivera”. Estas últimas estão entrando por baixo da “Placa de América do Norte” causando grande atividade sísmica, causando os tremores. (Figura Nr 5)

PLACAS TECTÔNICAS DO MÉXICO



Figura Nr 5 – Placas tectônicas do México

Fonte: Geografía del México y del mundo

Dessa forma, o Estado desenvolveu mecanismos para se contraporem a estes fenômenos. A Secretaria de Defesa possui um plano de apoio às instituições civis estruturado e atualizado mesmo em situação de normalidade. O Plano DN-III define os objetivos de emprego e como será realizado esse apoio, que se resume às seguintes missões:

- Estabelecer as ações gerais de apoio a população;
- Vincular as ações da SEDENA ao Sistema Nacional de Proteção Civil (SINAPROC);
- Integrar a Doutrina Militar; e
- Ottimizar o Emprego dos recursos;

Todas essas atividades contribuem para o Exército e Força Aérea Mexicana serem uma peça chave na proteção da população e seus bens, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade da SEDENA.

Esse plano teve seu primeiro formato em 1966 com o desbordamento do Rio “PANUCO”, causando vários danos aos estados de Tamaulipas e Vera Cruz. Foi sendo atualizado até o ano de 2001, quando tomou o formato atual de Plan DN-III, Plano Diretor de Defesa Nacional, Número III, de auxílio a população civil em casos de desastres. Nesse período e até os dias atuais diversas vezes a SEDENA atuou em prol da população mexicana. (Figuras Nr 6 e 7)



DESASTRES MAIS SIGNIFICATIVOS OCORRIDOS NO MÉXICO



Figura Nr 6 e 7 – Desastres mais significativos da história do México
Fonte: Palestra realizada por integrante da SEDENA, na ESG do México

Nesse período o Plan DN-III já foi empregado em ajuda a vários países, demonstrando alto grau de prontidão e operacionalidade. (Figura Nr 8)

Um exemplo de emprego do Plan DN-III foi o apoio prestado aos Estados Unidos durante a inundação na cidade Nova Orleans. O Exército Mexicano enviou cozinhas comunitárias e suas unidades de apoio por terra, sendo esta, a primeira incursão militar-humanitária mexicana nos EUA. Missões similares têm sido efetuadas em diversas ocasiões no continente americano.

SITUAÇÕES DE APOIO A NAÇÕES AMIGAS



Figura Nr 8 – Situações em que o México empregou o Plan DN-III em apoio a outros países.
Fonte: Palestra realizada por integrante da SEDENA na ESG do México.

Esse plano atua em coordenação com o SINAPROC, empregando recursos humanos e materiais para atenuar os efeitos dos desastres, e está dividido em três fases:

1) Fase de Prevenção

- Nesta fase se mantém atualizados os planos de auxílio a população contendo as áreas de risco por fenômenos destrutivos.

- As unidades realizam o adestramento na administração geral das zonas de desastre, com prioridade aos procedimentos específicos para auxílio à população conforme os fenômenos que insidem em cada área com maior frequência.

- Nas Unidades do Exército se mantêm organizadas as Forças de Reação para acudir de imediato uma Zona de Desastre.

- Mantém-se o contato permanente com os integrantes do SINAPROC, a fim de coordenar a participação dos militares com os civis.

2) Fase de Auxílio

- Ocorrendo um desastre, os Comandos territoriais afetados organizarão um Comando para emprego do Plano DN-III, empregando suas forças e tropas disponíveis. Caso ocorra a incapacidade do Comando Territorial assumir o gerenciamento da situação, o Escalão Superior determina uma nova Força para assumir a crise.

- Realizam a avaliação inicial de danos, junto às autoridades civis, delimitando toda a zona de desastre, dividindo em áreas de operações e designando os comandos respectivos.

- A Força Aérea ativa seu Comando Aéreo para apoiar o transporte da população, resgate e abastecimento em áreas afetadas e evacuações aeromédicas.

- Realiza a ajuda na remoção de escombros e recuperação dos serviços públicos.

3) Fase de recuperação

- Superando a emergência, as tropas empenhadas procedem progressivamente à entrega das instalações e dos serviços às autoridades civis.

- Caso seja solicitado pelo governo da área afetada mais tempo para a permanência do apoio militar, o tempo de emprego da tropa pode ser dilatado, tanto em pessoal como em material.

- A coordenação entre o componente militar e o componente civil acontece nos três níveis, sendo o federal, estadual e municipal.

O Plan DN-III quando acionado estabelece uma Força de Apoio para Casos de Desastres (F.A.C.D.), composta pelo Exército e Força Aérea, conforme organograma abaixo. (Figura Nr 9)

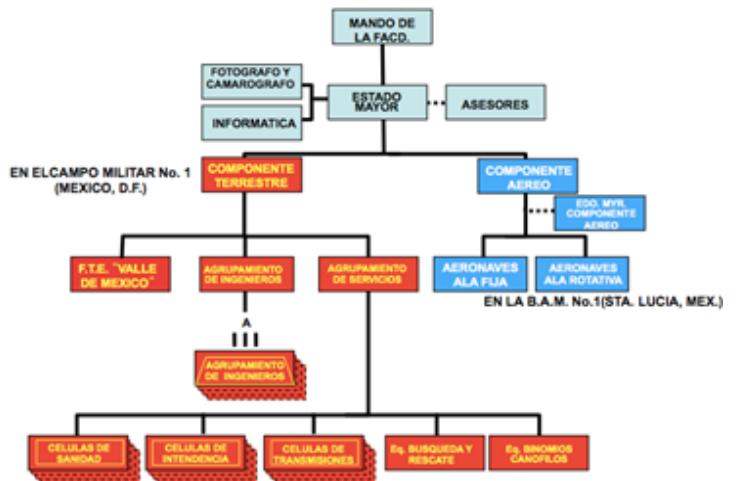


Figura Nr 9 – Organograma da F.A.C.D.

Fonte: Palestra realizada por integrante da SEDENA na ESG do México

Como melhores práticas para facilitar o planejamento, já são considerados dados para acionamento das tropas. Como exemplo, o quadro abaixo estabelece a relação de tempo e distância para ser prestado o apoio com aeronave Hércules C-130 (555 Km/h). (Figura Nr 10)

Dessa maneira, podemos concluir parcialmente que o Plan DN-III é de fundamental importância para o governo mexicano, pois mantém o Exército e Força Aérea de prontidão e atento as possíveis ameaças naturais que podem vir a surgir. Todo o trabalho e a estrutura de apoio ao danos causados pelas calamidades naturais contribuem para a eficiência do emprego das FA nesse tipo de operação, aumentando a credibilidade da Secretaria de Defesa Nacional do México.



Figura Nr 10 – Quadro de tempo e distâncias para Anv C-130
 Fonte: Palestra realizada por integrante da SEDENA na ESG do México)

3. CONCLUSÃO

As Forças Armadas Mexicanas cumprem um importante papel na defesa interna do país. Não há dúvida quanto ao alto grau de risco que corre o México, tanto no aspecto da segurança interna contra os Cartéis do Tráfico quanto as ameaças de fenômenos naturais.

Quanto ao emprego do Exército e Força Aérea Mexicana atuando na defesa interna sob a exide do Plan DN – II, os esforços tiveram grandes resultados no combate ao Crime Organizado. Os Cartéis perderam várias áreas de influência e locais dominados pelo crime estão diminuindo. O combate vem sendo travado a duras perdas. Muitos militares foram torturados e mortos, e a população sofre com o Dano Colateral.

No período de 1º de dezembro de 2012 a 18 de novembro de 2014, de toda a droga apreendida no país, 80% em média, foi apreendida pela SENENA, 65% das armas de fogo, 82% dos laboratórios de drogas, 29% das detenções foram realizadas pelo Exército. Nesse mesmo período foi registrado um total de 803 agressões a militares, com 43 mortos e 258 feridos, contrapondo-se a 769 mortos e 98 feridos de integrantes do crime organizado.

No que tange ao emprego da Defesa, sob a éxide do Plan DN-III, os resultados são ainda mais satisfatórios. Desde o terremoto de 1985, que sacudiu a Cidade do México com 8.1 graus na escala Richter, deixando mais de 7 mil mortos, 50 mil feridos e 250 mil desabrigados o trabalho de defesa civil no país tem recebido grande relevância. A prontidão, a eficiência e a rapidez da resposta contra este tipo de crise alcançaram patamares muito elevados, caracterizado pelo apoio a países desenvolvidos, como foi o caso dos EUA. Esse desempenho coloca as Forças Armadas do México com alto grau de credibilidade, fato que aumenta a confiança da população no Exército, contribuindo para o desempenho dele em todos os setores da defesa, do território e do patrimônio do México.

Todo militar mexicano, quando empregado na Defesa Civil, utiliza um braçal do Plan DN-III, que caracteriza seu emprego em ajuda humanitária, viabilizando e caracterizando seu emprego em prol da população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MD51-M-0 - **Manual de Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, DF, 2007.

MÉXICO. **Nociones de Estrategia TOMO I**. Escuela Superior de Guerra. SEDENA. México, 1980

_____. **Nociones de Estrategia TOMO II**. Escuela Superior de Guerra. SEDENA. México, 1980

_____. **Constitución Política de la República de Los Estado Unidos Mexicanos**. México, 1917.

_____. **Palestra sobre Defesa Interna**. Palestra da SEDENA para os alunos do Curso de Comando de Estado-Maior do Exército Mexicano. México, ESG, 2015.

_____. **Geografia de México y del Mundo**. México, 2015.

_____. WiKiPÉDIA. Enclopédia libre.

_____. www.radioformula.com.mx . Site de informações da história mexicana. México.



ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NICARAGUENSES EM SITUAÇÃO DE NÃO-GUERRA (DEFESA CIVIL)

Tenente-Coronel Francisco de Assis Costa ALMEIDA JÚNIOR¹

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o Manual de Doutrina Militar de Defesa MD51-M-04 (BRASIL, 2007), as Forças Armadas (FA) nacionais (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) podem ser empregadas nas situações de “guerra” e “não-guerra”.

A situação de guerra é aquela que emprega a expressão do Poder Militar na plenitude de suas características de violência para a defesa da Pátria. Já a de não-guerra, embora se empregue esta mesma expressão, tanto em âmbito interno, quanto no externo, ela não envolve necessariamente o combate, exceto em circunstâncias especiais, nas quais o poder é utilizado limitadamente.

O emprego das FA em situações de não-guerra pode ser observado nas seguintes ações:

- garantia dos poderes constitucionais;
- garantida da lei e da ordem (GLO);
- atribuições subsidiárias;
- prevenção e combate ao terrorismo;
- ações sob a égide de organismos internacionais;
- emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e

- outros empregos de não-guerra (controle de armas e de produtos controlados; assistência a outros países; operações de evacuação de não-combatentes; operações de resgate; patrulha naval e operações de salvaguarda de pessoas, dos bens, dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira, fora do território nacional).

No que concerne às atribuições subsidiárias das FA, sendo estas estabelecidas em instrumentos legais, elas têm aspectos gerais e particulares. As atribuições gerais abordam cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, integrando essas atribuições à participação em campanhas nacionais de ordem pública e social, visando a atender às solicitações dos diversos órgãos governamentais.

¹ O autor é ex-instrutor da ECEME, atual Comandante do CFron Solimões/8º BIS e realizou o Curso de Comando e Estado-Maior na NICARÁGUA em 2015.

O emprego das FA representa uma tradicional ferramenta, pois se vale da sua mobilidade, da experiência, do treinamento e, além de tudo, da identificação da população local para com as Forças. Portanto, essas atribuições promovem uma saudável e importante integração dos militares com a sociedade brasileira.

Já as atribuições particulares constituem-se da contribuição das FA para as ações de governo de natureza não-militar, vinculadas com sua atividade fim e levadas a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas nacionais e pela natureza estratégica das atribuições, sendo que algumas dessas são realizadas em atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo País.

No entanto, o emprego das FA em atribuições subsidiárias depende de autorização dos próprios Comandantes das Forças quando as ações forem conduzidas no âmbito de seus respectivos comandos e, dependendo da natureza e do vulto dos efetivos envolvidas, a decisão caberá ao Ministro da Defesa ou do próprio Presidente da República (Comandante Supremo das FA).

Esses parágrafos iniciais tiveram como finalidade inserir o leitor no contexto e entendimento do que são as operações em situação de não-guerra, destacando, neste escopo, as que estão voltadas para as atribuições subsidiárias (Defesa Civil), objetivo do presente artigo.

Assim, nos próximos capítulos, será abordada a atuação das FA da Nicarágua em situação de não-guerra, no aspecto da Defesa Civil.

2. O EXÉRCITO DA NICARÁGUA

a. Fundação do Exército Popular Sandinista (EPS) e os primeiros passos em sua institucionalização – breve resumo

Em 19 de julho de 1979, ocorreu a derrubada do governo de Anastasio Somoza Debayle, então Presidente da Nicarágua, por meio de uma insurreição armada. Na ocasião, se instalou a Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN), que sancionou o Estatuto Fundamental da República da Nicarágua, “lei suprema interina”, revogando as antigas estruturas formais de poder. Com isso, se lançaram-se as bases da nova ordem institucional no país.

Pelo Decreto nº 53, de 22 de agosto de 1979, foi criado o Exército Popular Sandinista (EPS), como a única força armada da República da Nicarágua. O Decreto nº 54, de 18 de setembro do mesmo ano, nomeou os principais comandantes do EPS e marcou o processo de reestruturação militar nacional.

Entre os anos de 1980 e 1982, ocorreram várias etapas que definiram o quadro jurídico legal em que as novas Forças Armadas iriam atuar. A estrutura organizacional territorial adotada pelo EPS foi de regiões militares, sete no total, que compreendiam os 16 (dezesseis) departamentos de acordo com a divisão política



administrativa estabelecida pelo Governo.

Na década de 1990, o EPS implementou uma grande transformação na sua estrutura. Houve a definição jurídica do Exército como organização estritamente profissional e de base nacional, eliminando a subordinação política ao Partido Sandinista. Finalmente, em 1995, desenvolveu-se um complexo processo de mudança no estamento militar, vindo a se tornar a base do atual Exército da Nicarágua (EN).

Diferentemente do Brasil, o termo “Exército da Nicarágua” refere-se as três FA (Força Naval, Força Terrestre e Força Aérea) (Figura 1). Portanto, naquele país não existe a expressão FA e quando se refere ao EN, quer dizer que se está falando dessas três forças singulares.



Figura 1: Exército da Nicarágua em cerimônia.
Fonte: Livro Branco de Defesa da Nicarágua.

b. Função e Missão do Exército da Nicarágua

O EN é a instituição armada para defender a soberania, independência e integridade territorial, regendo-se em estrito cumprimento à Constituição Política e às leis, além de respeitar todas as convenções e tratados internacionais ratificados pela Nicarágua.

As funções do EN são:

- preparar, organizar e dirigir a defesa armada da pátria, bem como manter a integridade, independência territorial e soberania da nação;
- manter, em caso de extrema necessidade, a paz e a ordem públicas da nação;

Ten Cel Francisco de Assis Costa ALMEIDA JÚNIOR

- executar, em coordenação com os ministérios e órgãos de Estado, as atividades com vista à consecução dos objetivos da Defesa Nacional;

- organizar as forças, mídia e bens públicos para ser usado em caso de emergência nacional, de acordo com as leis em vigor, em caso de desastre nacional ou guerra;

- ajudar a polícia nacional na luta contra o tráfico de drogas no território da Nicarágua;

- em caso de desastres, catástrofes e de outras situações semelhantes, executar ações de defesa civil para proteger e assistir a população e os seus bens, bem como ajudar na manutenção da ordem, do trabalho e da reconstrução, subordinando-se às autoridades civis e realizando as suas ações em coordenação com estas;

- colaborar e sem fins lucrativos na execução de obras que contribuam para o desenvolvimento do país (áreas ligadas à saúde, educação e outras obras próprias serviço Social). Ainda, auxiliar na conservação dos recursos naturais, na melhoria do ambiente e do equilíbrio ecológico e de outros planos estratégicos nacionais;

- buscar melhoria social e econômica dos seus membros da ativa e da reserva, bem como dos seus familiares e

- outras funções que as leis lhe conferirem.

No que concerne às missões do EN, elas são definidas de acordo com os cenários, ameaças e riscos identificados pelo Estado da Nicarágua.

O EN tem a capacidade para cumprir as suas tarefas no tempo de paz, ou seja, na situação de estabilidade em que o país opera normalmente. Nesta situação concentra os seus esforços sobre os cuidados sobre sua própria preparação, manutenção e melhoria da sua capacidade de luta, desempenhando as suas missões de dissuasão e prevenção de conflitos. Além disso, desenvolve atividades para manter sua presença efetiva nas áreas de fronteira e para dar respostas eficazes às novas ameaças.

No caso de qualquer agressão, tem a capacidade de neutralizá-la, combatê-la e derrotá-la, contribuindo, assim, para a manutenção da ordem institucional.

O EN também participa, ativamente, em apoio ao Sistema Nacional para a Prevenção, Mitigação e Atenção de Desastres Naturais (SINAPRED), no gerenciamento de desastres.

Assim, as missões do EN são classificadas em duas: “tradicionais”, “não-tradicionais” e em tempo de paz.

As missões tradicionais são as de situação de guerra e, de igual forma que o Brasil, elas visam à defesa da soberania, independência e integridade territorial nicaraguense.

As não-tradicionais e em tempo de paz, ou seja, as de situação de não-guer-



ra, são assim determinadas pelo arcabouço jurídico nacional da Nicarágua:

- lutar contra a pirataria e a pesca ilegal, assim como ajudar na luta contra o tráfico de drogas e de seres humanos;
- ajudar na luta contra o crime organizado e atividades afins;
- cooperar na prevenção e combate ao terrorismo;
- ajudar a polícia em caso de extrema necessidade na manutenção paz e ordem interna;
- participar, ativamente, na proteção ambiental e dos recursos naturais;
- participar em operações de paz e de ajuda humanitária;
- tomar medidas para proteger e assistir a população e os seus bens ante aos efeitos das catástrofes naturais e provocadas pelo homem;
- apoiar o controle das atividades criminais nas fronteiras nacionais;
- contribuir, permanentemente, para a manutenção da segurança no campo;
- apoiar os Ministérios da Educação, Cultura e Esporte; Agricultura e silvicultura; Saúde; e Meio Ambiente e Recursos Naturais, em suas próprias atividades e competências e
- apoiar o Conselho Supremo Eleitoral em operações de segurança e logística na conclusão do processo eleitoral.

3. O EXÉRCITO NICARAGUENSE NA DEFESA CIVIL

a. Os desastres e catástrofes naturais na Nicarágua

“La protección y seguridad de nuestro pueblo es una misión tradicional en nuestra institución militar, desde el terremoto de 1972, las inundaciones en Managua (1982), el huracán ‘Joan’, las erupciones del Cerro Negro, el maremoto de 1992, el huracán ‘Mitch’ acumulamos una gran experiencia.” (Diretor do SINAPRED, em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército da Nicarágua).

(“A proteção e segurança do nosso povo é uma missão tradicional na nossa instituição militar, desde o terremoto de 1972, as inundações em Manágua (1982), o furacão “Joan”, as erupções do Cerro Negro, o tsunami em 1992, o furacão “Mitch”, acumulamos uma grande experiência” – Tradução do autor).

A Nicarágua (Figura 2) é uma região geográfica do planeta em que os fenômenos naturais ocorrem com muita frequência, tendo consequências desastrosas de vários tipos e magnitude. Destacam-se os terremotos, maremotos, erupções vulcânicas, deslizamentos de terra, inundações, incêndios florestais, furacões e, ainda, a presença constante das alterações climáticas proporcionadas pelos famosos *El Niño* e *La Niña*. Este conjunto de situações é recorrente e se constitue num

empecilho para o processo de desenvolvimento econômico e social da nação.

Os efeitos econômicos das catástrofes constituem um obstáculo para o desenvolvimento do país, tendo causado perdas de todas as ordens. Estima-se que foram cerca de 4 bilhões de dólares nos últimos trinta anos.

As catástrofes são um obstáculo para o desenvolvimento da nação ou a consolidação do crescimento econômico. Salienta-se que a reabilitação e reconstrução, após um sinistro, representam o desvio de recursos de toda monta que poderia estar sendo aplicado em outros setores do país.



Figura 2: Localização da Nicarágua.

Fonte: Plano Nacional de Desastres da Nicarágua.

Portanto, houve a necessidade de criar um sistema nacional de prevenção a catástrofes, entendido como um conjunto de estruturas orgânicas e articuladas, relacionadas funcionalmente, contendo métodos e procedimentos entre ministérios e instituições do setor público. Inclui-se, ainda, as organizações sociais, setores privados e autoridades departamental, regional e municipal, a fim de executar ações destinadas à redução dos riscos decorrentes de catástrofes naturais, protegendo-se, assim, a sociedade nicaraguense e sua propriedade.

Essa seria uma meta fundamental do Governo da República e do Estado de Nicarágua como um todo, ou seja, a previsão e execução de atividades voltadas para prevenção, mitigação e gestão de desastres.



b. O SINAPRED e a sua Estrutura

Na tentativa de se antever às catastrofes, a fim de mitigar os danos causados por elas, a Nicarágua criou o Sistema Nacional para a Prevenção, Mitigação e Atenção de Desastres Naturais (Figura 3), por meio da Lei 337, de abril de 2000.

O objetivo da lei que criou o SINAPRED foi estabelecer os princípios, normas, regras e ferramentas gerais necessárias para criar e permitir o funcionamento de um sistema interinstitucional que visa a reduzir o risco por meio de atividades de prevenção e mitigação de desastres, sejam naturais ou induzidos.

ESTRUTURA DO SINAPRED

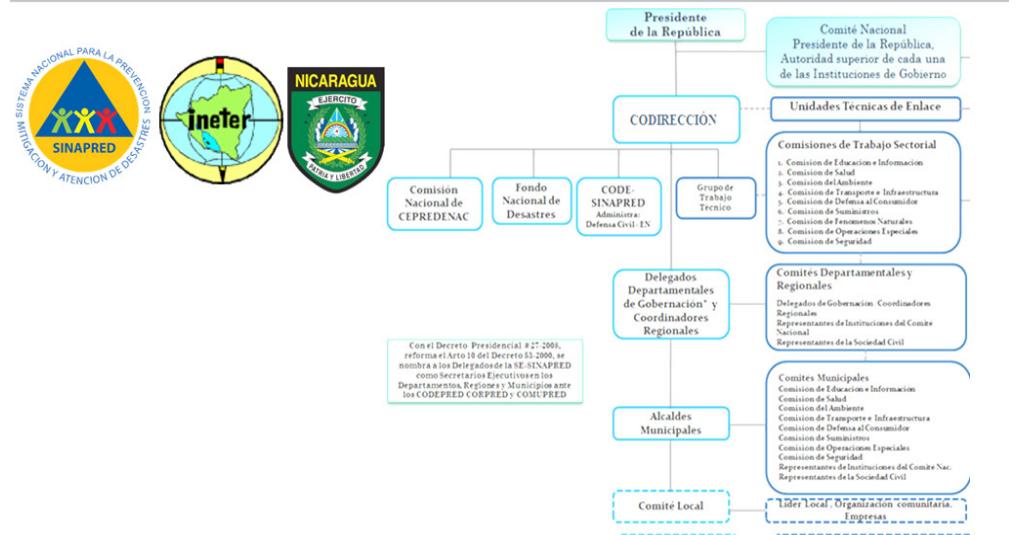


Figura 3: Estrutura do SINAPRED.

Fonte: palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército da Nicarágua.

Com a criação do SINAPRED, surgiu o Plano de Resposta Nacional, gerenciado pela Secretaria Executiva do Sistema Nacional de Prevenção, Mitigação e Atenção de Desastres. O plano estabeleceu claramente os seis pontos que deveriam ser trabalhados pelo SINAPRED:

1. proteção do desenvolvimento e do investimento;
2. estratégia de proteção financeira e transferência de riscos;
3. gestão do risco no setor privado;
4. Sistema de Informação para gestão de riscos;
5. participação e auditoria social; e
6. gestão de desastres.

Promover o modelo de “Família e Comunidade”, no qual a família é um elo importante por implementar os valores de solidariedade na comunidade, a fim de “combater” os efeitos danosos das calamidades, foi uma meta perseguida, rigorosamente, pelo SINAPRED. O modelo em questão seguiu as diretrizes go-

vernamentais da época.

Assim, nas estruturas territoriais desse sistema trabalhou-se (e trabalha-se até hoje) com os Comitês de Desenvolvimento Humano e os Gabinetes da Família, Comunidade e Vida, sendo que todos estes têm as suas ações fiscalizadas pelos secretários políticos e as autoridades regionais, departamentais e municipais.

O modelo deu certo e, na atualidade, o SINAPRED estabelece, expande e fortalece as funções de Defesa Civil, as suas normas de funcionamento, coordenando a participação das instituições de Estado e sociedade civil em geral (Figura 4) na proteção da população contra os efeitos iminentes das catástrofes. Grande parte dessa vitória somente foi possível porque houve a ajuda e participação maciça do Exército da Nicarágua.

FUNCIONÁRIOS E VOLUNTÁRIOS DO SINAPRED



Figura 4: Funcionários e voluntários do SINAPRED.

Fonte: Plano Nacional de Desastres da Nicarágua.

c. A Defesa Civil no Exército da Nicarágua

O Estado-Maior de Defesa Civil (Figura 5) é uma estrutura militar especializada e permanente, destinada a assegurar a participação eficaz das várias unidades do Exército da Nicarágua e da coordenação com as instituições do Estado e da população em geral, nos casos de desastres naturais ou artificiais, catástrofes ou outras situações. Essa estrutura é parte integrante do Sistema Nacional para a Prevenção, Mitigação e Atenção de Desastres Naturais do país.

A Defesa Civil do Exército da Nicarágua, como membro do SINAPRED, promove a “gestão de risco” e reforça as estruturas que trabalham na transformação dos cenários de risco, de modo que se possa enfrentá-los com maior eficácia e eficiência.



A chefia da Defesa Civil do Exército da Nicarágua é de um coronel com o curso de Estado-Maior, tendo como missão principal ser o responsável por organizar e preparar a população nas estruturas de gestão de risco nos âmbitos regional, departamental, municipal e local, a fim de preservar a vida e a propriedade.

Essas ações devem ter a capacidade de proporcionar a todos os atores locais, os conhecimentos essenciais que lhes permitem identificar as vulnerabilidades naturais/artificiais que os cercam e possam incidir sobre estas para, então, dirimir e/ou mitigar as áreas de riscos existentes.

Além disso, em conjunto com a população, devem ser desenvolvidos planos específicos antidesastre, com elementos de prevenção e mitigação. Estes planos são incorporados aos planos de desenvolvimento em todos os níveis.

ESTADO-MAIOR DE DEFESA CIVIL

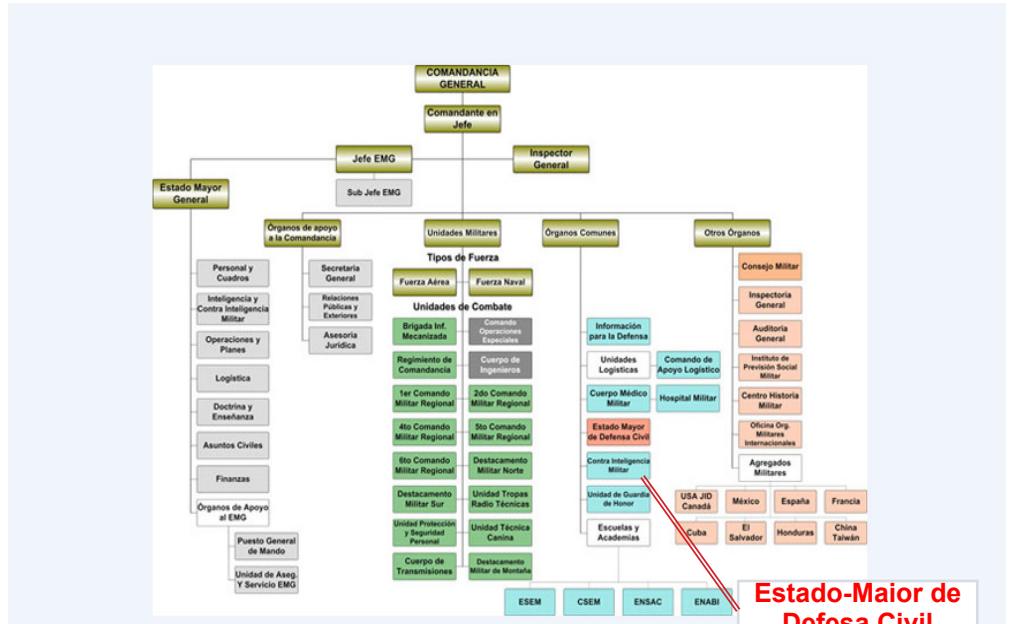


Figura 5: Estructura Orgánica del Ejército de Nicaragua.

Fonte: <http://www.ejercito.mil.ni/contenido/ejercito/estructura/estructura.html>.

As principais funções da Defesa Civil, na esfera militar, são:

- organizar e capacitar os Comitês de Prevenção, Mitigação e Atenção a Desastres² (em todos os níveis), com foco na gestão de riscos;

2 Para os fins e efeitos da lei que trata da Defesa Civil nicaraguense, os Comitês de Prevenção, Mitigação e Atenção a Desastres têm as seguintes funções: 1. Estabelecer políticas específicas necessárias para o seu território, em harmonia com os definidos pelo SINAPRED; 2. Aprovar planos territoriais de prevenção, atenuação e resposta a desastres naturais/artificiais, em harmonia com os planos nacionais que tratam do assunto; 3. Aprovar e implementar as medidas e instrumentos necessários para operacionalizar os propósitos, princípios e objetivos do SINAPRED; 4.

- organizar e treinar as Brigadas Comunitárias³, com a ativa participação de adolescentes e jovens locais que possam ajudar numa situação de catástrofe;
- realizar exercícios e treinamentos de preparação para desastres;
- monitorar e acompanhar, em coordenação com Instituto Nicaraguense de Estudos Territoriais⁴ (INETER), os fenômenos que possam causar desastres no território da Nicarágua;
- propor a ativação dos Sistemas de Alerta Precoce⁵ (Figura 6), por ocasião da presença de um desastre;
- operar o Centro de Operações de Desastres (CODE);
- colaborar com o apoio logístico na prestação de ajuda humanitária;
- apoiar a ativação dos Centros de Abrigos para os possíveis desalojados;
- coordenar os Comitês de Operações Especiais⁶ (COE), por meio do qual ocorrem os trabalhos que visam à proteção da população;
- ativar a Unidade de Resgate Humanitária para realizar a busca e resgate das vítimas, através do Alto Comando do Exército da Nicarágua;
- desenvolver e implementar os diversos Planos de Contingência (Plano contra terremotos, Plano de Inverno, Plano de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais Plano Antierupções vulcânicas etc) e realizar a Avaliação de Danos e Análise das Necessidades (EDAN)⁷.

d. Centro de Operações de Desastres

Centro de Operações de Desastres (CODE) (Figura 7) faz parte do SINAPRED e é uma estrutura permanente e altamente especializada.

O CODE é de responsabilidade do Exército da Nicarágua e foi criado para compilar, processar, tabular e transferir toda a informação necessária às instituições que compõem o SINAPRED, visando a dar respostas eficazes e eficientes para mitigar os efeitos dos desastres naturais.

Este Centro de Operações de Desastres, por meio da Lei nº 337, Art. 22, assume todo o controle e monitoramento de catastrófes, a partir de equipamentos de última geração que são fornecidos pelo governo nicaraguense.

Convocar, na qualidade de consultores, agências governamentais e não-governamentais que não sejam membros dos respectivos Comitês.

3 As Brigadas Comunitárias são compostas de voluntários locais capacitados para a busca, o resgate e salvamento de vítimas de catástrofes.

4 INETER é o órgão responsável pelos prognósticos e pesquisas voltadas para o clima, geologia, cartografia e hidrologia. É a agência de avaliação de recursos físicos da Nicarágua.

5 O Sistema de Alerta Precoce [Sistema de Alerta Temprana (SAT)] é uma rede de alarme construída na Nicarágua, com a finalidade de fornecer o alerta oportuno para qualquer tipo de desastre (tsunamis, maremotos, terremotos etc), protegendo a população.

6 Os Comitês de Operações Especiais (COE) são os responsáveis pela segurança e treinamento setorizados voltados aos desastres. Existem os Comitês Escolares, Hospitalares etc.

7 Evaluación de Daños y Análisis de Necesidades (EDAN).



SISTEMAS DE ALERTA PRECOCE

SISTEMA DE ALERTA TEMPRANA ANTE MAREMOTOS

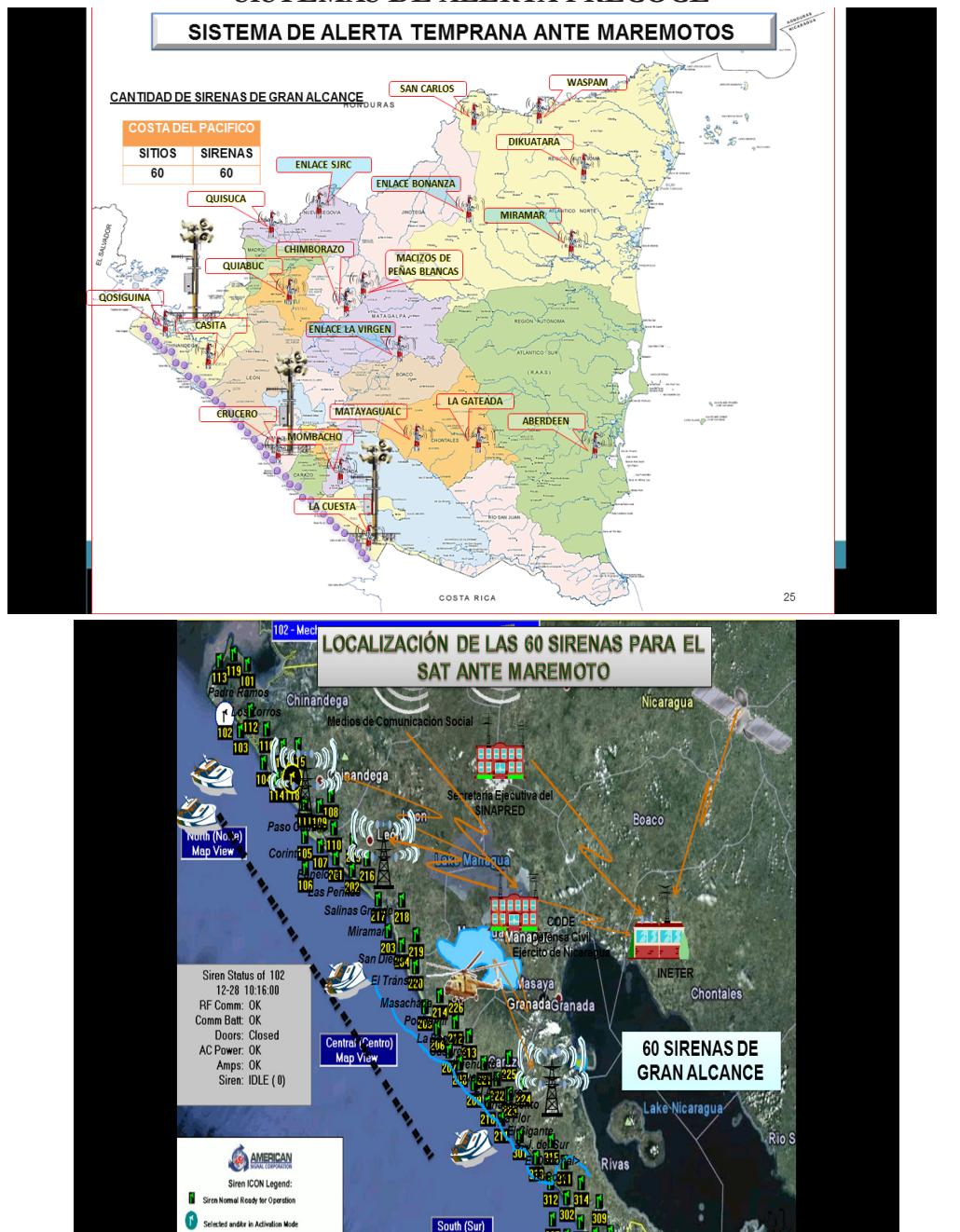


Figura 6: Sistemas de Alerta Precoce.

Fonte: palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército da Nicarágua.

As principais funções do CODE são:

- ativar, parcial e/ou totalmente, os representantes dos Comitês para fazer parte do CODE, quando necessário;
- coordenar, por meio das diversas Comissões, a busca e o resgate da população afetada e propor a ativação de planos de contingência que visam ao emprego do EN;
- receber e processar as informações, em tempo real, sobre as zonas afetadas por meio do sistema de comunicação de emergência e realizar a EDAN;
- em coordenação com o Secretariado Executivo do INETER e SINAPRED, propor os diferentes tipos de estado de alerta para a população.

CENTRO DE OPERAÇÕES DE DESASTRES



Figura 7: CODE.

Fonte: palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército da Nicarágua.

e. CENTRO MÓVEL DE OPERAÇÕES DE DESASTRES

O Centro Móvel de Operações de Desastres é plataforma móvel que consiste numa viatura “tipo carreta” (Figura 8) e pertence ao EN. Ela é mobiliada pelos militares especialistas no assunto e possui todos os equipamentos básicos e necessários para o acompanhamento da situação. Ainda há no seu interior uma sala de reunião bem espaçosa e com a possibilidade de realização de videoconferências.

A sua capacidade de mobilidade e de comando e controle permite a continuidade do trabalho do gerenciamento de crise nas catástrofes em qualquer parte do território nicaraguense. Assim, o Centro Móvel de Operações de Desastres estará disponível para deslocar-se para diferentes áreas do país, no caso de um evento de maior magnitude, podendo estar o mais próximo possível da(s) zona(s) afetada(s) e facilitando as ações dos decisores.



Figura 8: CODE Móvel. Fonte: palestra na Escola de Comando e Estado-Maior.

4. CONCLUSÃO

As catástrofes e os desastres naturais são um tema recorrente no cenário nicaraguense, causando, anualmente, a perda de centenas de vidas humanas e com sérias consequências ao erário e patrimônio nacionais.

Contudo, a atuação do Exército da Nicarágua, apesar de sua jovialidade, tem sido o caminho para mitigar as situações pós-catástrofes, adotando medidas preventivas essenciais para minimizar os danos. Isto somente foi possível porque houve uma modernização dos meios e especializações diversas do pessoal, destacando-se, o militar.

A criação do Estado-Maior de Defesa Civil serviu como uma nova abordagem para lidar com os desastres, a partir da perspectiva da gestão de risco. A experiência nesse tipo de trabalho ampliou a possibilidade e a oportunidade de os diversos comitês lidarem, da melhor forma, com a Defesa Civil, participando e contribuindo para que as perdas humanas e materiais fossem minimizadas por ocasião da questão das catástrofes.

Com isso, pode-se verificar o grau de profissionalismo que alcançou a Nicarágua ao se deparar em situações críticas causadas pelos desastres, permitindo integrar novas abordagens no trabalho e consolidação dos processos institucionais para a população destinada a reforçar a estrutura de Defesa Civil. É reconhecido que houve modernização e melhoria no trabalho institucional para o benefício de um melhor atendimento e relacionamento com a população civil.

As medidas tomadas melhoraram de forma considerável as respostas às ocorrências dos eventos naturais que assolam a Nicarágua e que já causaram sérios danos às pessoas e aos seus meios de subsistência. Isso se deu, entre outras coisas, pela capacitação no gerenciamento do risco e da previsibilidade ante os desastres naturais.

Nos últimos anos, o Estado-Maior de Defesa Civil da Nicarágua, em parcerias com as diversas instituições e organizações que compõem o SINAPRED,

implementou 133 projetos que visaram a reduzir a perda de vidas humanas e os bens da população afetada por desastres, por meio de ações de preparação das equipes de defesa civil, prevenção e aquisição de equipamentos e meios diversos voltados à antecipação de catástrofes. O Exército da Nicarágua criou e preparou forças territoriais de Defesa Civil e sensibilizou a população, permitindo que ambos pudessem trabalhar em conjunto no momento de uma emergência.

Dos projetos supracitados, 14 foram voltados diretamente para o treinamento de 65.529 pessoas, conseguindo fortalecer a capacidade de resposta das estruturas do SINAPRED, particularmente, as que dizem respeito às das comunidades locais, promovendo nestas uma cultura de gestão do risco.

Esses projetos foram implementados em diferentes partes do território nacional e contaram, também, com várias parcerias realizadas pelo governo federal e pelo Exército da Nicarágua. Organizações Internacionais tais como a Save the Children, Plano Nicarágua, CARE International, ACSUR, GVC, Welthungerhilfe, SDC Movimento Comunidade Nicaraguense, Foro Miraflor, Nicarágua Cruz Vermelha, Oxfam, entre outros, tiveram grande contribuição para o incremento da Defesa Civil na Nicarágua.

Sobre a Defesa Civil, um outro aspecto relevante a ser considerado nesse tipo de operação não-guerra, é a projeção da imagem do Exército da Nicarágua. Assim, a credibilidade e a importância da Instituição aumentam perante a população, uma vez que o trabalho dos militares torna-se mais visível a todos.

No contexto do reforço da capacidade de resposta do SINAPRED, foi promovido um processo de modernização e desenvolvimento, contando, para isso, com a importante participação do CODE, nos seguintes aspectos:

- sistema de comunicação;
- Sistemas de Alerta Precoce;
- sistemas de informática e
- meios e equipamentos de resposta rápida às catástrofes.

Finalmente, se conclui, que Exército da Nicarágua está preparado para as operações não-guerra, na vertente Defesa Civil, e que o seu apoio à população, além de ser altamente positivo para o moral e adestramento das organizações militares, é uma excelente forma de projetar positivamente a imagem das Forças Navais, Terrestres e Aéreas junto à sociedade, aos formadores de opinião e também junto ao Poder Político, mostrando o valor do seu Exército. A importância de modernizá-lo constantemente e de adestrar os seus diversos quartéis espalhados pelo território nicaraguense, no quesito Defesa Civil, são objetivos que têm sido perseguidos pelos militares nicaraguenses nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, José Antonio. Criterios y prioridades en la Agenda de defensa y Seguridad: Proceso de Definición y Planificación. Foro sobre la Formulación de Políticas de Defensa y Seguridad



Nacional. Managua, CEEN-NDI, 2000.

BRASIL. MD51-M-0 - Manual de Doutina Militar de Defesa. Brasília, DF, 2007.

CROZIER, M. J., & GLADE, T. **Landslide Hazard and Risk: Issues, Concepts and Approach**. Landslide Hazard and Risk, 2005.

DELGADILLO, César. **Implementación de planes de defensa y seguridad del Ejército de Nicaragua**. Foro sobre la Formulación de Políticas de Defensa y Seguridad. Managua, CEEN- NDI, 2000.

ESGUEVA, Antonio. **Las Constituciones Políticas y sus Reformas en la Historia de Nicaragua. Estatuto Fundamental del Gobierno de la Reconstrucción Nacional, (20 de julio de 1979)**. Managua, El Parlamento, 1994.

GUTIÉRREZ, Manuel y SÁNCHEZ, Ricardo. **Importancia de las relaciones cívico-militares en Nicaragua**. Managua, Centro Superior de Estudios Militares General José Dolores Estrada, 1998.

MACIEL, Fred **Transição e Reversão do Setor de Defesa na Nicarágua**. São Paulo, 2013.

IV Simpósios de Relações Internacionais. Disponível em:<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/images/simposio/artigos2013/fred_maciel.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MONTALVÁN, Emilio. **Las Fuerzas Armadas en Nicaragua: Sinopsis histórica 1821- 1994**. Managua, PNUD, 1994.

NICARAGUA. **Constitución Política de la República de Nicaragua**. Nicaragua, 1994.

_____. **El Ejercito de Nicaragua y en la Defensa Civil**. Palestra para os alunos do Curso de Diplomado de Estado-Maior do Exército da Nicarágua. Nicarágua, ESEM, 2015.

_____. **Estrategia de la Defensa Civil del Ejército de Nicaragua para promover la participación de las niñas, niños y adolescentes en la gestión del riesgo**. Disponível em: <<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf /spa/doc17855/ doc17855.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Estructura Orgánica del Ejército de Nicaragua**. Disponível em:<<http://www.ejercito.mil.ni/contenido/ejercito/estructura/estructura.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Instituto Nicaragüense de Estudios Territoriales**. Disponível em: <<http://www.inerter.gob.ni>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Ley de Organización, Competencia y Procedimientos del Poder Ejecutivo (Ley No. 290, Gaceta No. 102)**. Nicaragua, 1998.

_____. **Ley de Organización Militar del Ejército Popular Sandinista (Ley No. 75)**. Nicaragua, 1990.

_____. **Libro de la Defensa Nacional**. Disponível em: <<http://www.resdal.org/Archivo/ni-ca-libro-blanco.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Plan Nacional de Respuesta ante Desastres en Nicaragua**. Disponível em: <http://www.preventionweb.net/files/9604_PlanNacionalde Respuesta ante Desastre.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Reforma de la Ley de Organización Militar del Ejército Popular Sandinista (Gaceta No. 28)**. Nicaragua, 1991.

O ENSINO DAS OPERAÇÕES MILITARES EM SITUAÇÃO DE NÃO GUERRA NA ECEME

Tenente Coronel Gustavo ASSAD de Praga Rodrigues¹

I. INTRODUÇÃO

O ensino das operações militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) abrange o amplo espectro dos conflitos, tanto em situação de guerra, como em situação de não guerra.

A ECEME, conhecida como a “Escola do Método”, conduz desde a década de 1960, até os dias atuais, o ensino das operações militares em situação de não guerra.

De acordo com o manual de Operações, recém-aprovado, as operações militares em situação de não guerra são aquelas nas quais o poder militar é empregado de forma limitado. O referido emprego poderá ocorrer tanto no âmbito interno como externo, sem que envolva o combate propriamente dito. É condição *sine qua non*² para o êxito nesse tipo de operação o trabalho interagências, no qual o poder militar poderá ou não exercer o papel principal. (Ministério da Defesa, 2017, págs. 2-8)

Segundo a doutrina em vigor, as operações militares são classificadas, quanto a sua finalidade, em básicas e complementares. As Operações Básicas, são operações que, por si mesmas, podem atingir os objetivos determinados por uma autoridade (militar ou civil), em situação de guerra ou em não guerra. No caso de situação de não guerra são chamadas de Operação de Cooperação e Coordenação com Agencias (OCCA)³. Nesse tipo de Operações, a liberdade de ação do comandante operativo está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa, sendo preferencialmente episódica e limitada no espaço e no tempo. (Ministério da Defesa E. , 2017, págs. 3-14)

O ensino das operações militares em situação de não guerra na ECEME,

1 O autor é instrutor da ECEME e realizou o Curso de Comando e Estado-Maior na COLÔMBIA em 2015.

2 *Sine qua non* é uma locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não”. Faz referência a uma ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial.

3 Segundo o Ministério da Defesa, também é chamado de Operações Interagências. Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (Ministério da Defesa O. , 2017)



inserido na disciplina Força Terrestre Componente nas OCCA, seu histórico e suas peculiaridades serão apresentados.

II. DESENVOLVIMENTO

a. O contexto histórico e a evolução do ensino das operações militares em situação de não guerra na ECEME

Em seu estudo sobre a evolução do ensino na ECEME, o então Maj Eng FERNANDO FERREIRA ELESBÃO, em seu trabalho de conclusão de curso, *A Evolução do Ensino na ECEME*, destacou a importância do contexto histórico no ensino na ECEME. No referido trabalho, é destacado que o período de 1963 a 2002 foi marcado por uma evolução constante no ensino dos conteúdos de operações militares em situação de não guerra, face aos diversos acontecimentos históricos ocorridos. A Escola passou a viver sua autoafirmação doutrinária, assinalada pela progressiva construção de pensamentos próprios, com base nos referidos acontecimentos, procurando adaptar-se às realidades e problemas do Brasil (Elesbão, 2002).

Desde o início da década de 60, a Escola passou a sofrer a influência de fatores diversos que iriam interferir decisivamente no ensino. Dentre estes fatores pode-se citar:

- a ameaça crescente da guerra revolucionária, obrigando a Escola a pesquisar uma doutrina para enfrentá-la;
- a evolução da doutrina militar norte-americana, tornando a sua aplicação no TO sul-americano cada vez mais irreal; e
- a acelerada evolução científica e tecnológica que estava ocorrendo no mundo, paralelamente às transformações sociais e culturais, impondo novas exigências às qualificações e capacitações do futuro oficial de estado-maior e chefe militar (Elesbão, 2002, pág. 52).

Nesse contexto, em 1963, foram aprovados o Plano Geral de Ensino (PGE) e o novo currículo da Escola de Comando e Estado-Maior. À época, uma nova organização de ensino foi implantada. O estudo das operações foi dividido em três áreas (I, II e III), sendo elas: I -Operações de Defesa Territorial e Segurança Interna; II- Operações em TO Continental e Segurança interamericana e III- Operações em TO Extracontinental e Segurança Internacional.

Na Área de ensino I, Operações de Defesa Territorial e Segurança Interna, predominava o estudo das operações contra um inimigo de influência predomi-

nantemente comunista, que agia na base da agitação e da infiltração, da sabotagem e da guerrilha, visando à insurreição com o fim da tomada do poder por intermédio da luta armada. Esta área fez com que a Escola partisse para o desenvolvimento de uma doutrina própria e tornou-se marco do início do ensino das Operações militares em situação de não guerra na ECEME.

As Operações Contra-guerrilha eram a principal disciplina das Operações de Segurança Interna. No final da década de 1960, onde diversas organizações clandestinas iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder por meio da luta armada, os conhecimentos obtidos, pelos oficiais de estado-maior concludentes da ECEME foram amplamente empregados e de forma exitosa.

Com a aprovação da nova Lei do Ensino Militar em 1972, o Concurso de Admissão começou a cobrar, além das provas de História e Geografia, a disciplina Movimentos Revolucionários. Na década de 1970, o Curso de Comando e Estado-Maior, realizado em três anos, tinha como principais matérias estudadas nas operações militares em situação de não guerra a Segurança Interna e a Guerra Revolucionária, ambas no segundo ano.

Após o referido período, até meados da década de 1990, o ensino das Operações Contra-guerrilhas (como parte da disciplina Segurança Interna) evolui, fruto das experiências vividas nas décadas de 1960 e 1970 e da influência da doutrina de Operações Especiais do Brasil e do mundo. Uma das grandes evoluções foi a visualização das Operações Contra-guerrilha de forma mais ampla, transformando-as em Operação contra Forças Irregulares (Op C F Irreg)⁴, na qual a Força de Guerrilha é somente um de seus componentes, o componente armado. De um modo geral, as Forças Irregulares⁵ são compostas por três segmentos: Força de Guerrilha, Força Subterrânea e Força de Sustentação.

Fruto do contexto histórico e do aumento do emprego das Forças Armadas para Garantir a Lei e Ordem no país, a Área de Ensino I Segurança Interna passou a ser chamada, no início da década de 2000, de Seção da Garantia da Lei e da Ordem (Sec GLO), cuja principal disciplina é a Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO). As Op C F Irreg (classificada como uma Operação Complementar)⁶ deixam de ser prioridade nas Operações militares em situação

4 As Op C F Irreg são o conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar forças irregulares (F Irreg), nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora do Território Nacional. (Ministério da Defesa E. , manual de Campanha - Operações Especiais, 2017)

5 Força Irregular – Organizações militantes que recorrem à guerra irregular para alcançar seus objetivos políticos, econômicos ou psicosociais, e que possuem um espectro de atuação que transcende os limites do campo militar.

6 Operações que destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre.



de não guerra⁷.

Por cerca de quarenta anos, o ensino das Op C F Irreg foi o cerne das Operações militares em situação de não guerra.

b. A modernização do ensino na ECEME (Ensino por Competências)

As Forças Armadas Brasileiras, nas últimas três décadas, foram empregadas, predominantemente, em operações militares em situações de não guerra. Essas operações ocorrem em ambientes operacionais cada vez mais complexos. Tais desafios precisam ser enfrentados, por meio de enfoques múltiplos e inter-relacionados (Fernandes de Berredo Guimarães, 2016).

Nessa direção, no ano de 2013, o Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército determinou a implantação do Ensino por Competências⁸ nos diversos estabelecimentos de ensino, no âmbito das Linhas do Ensino Militar Bélico (Ministério da Defesa E., 2013).

A fim de atender à determinação do escalão superior, no ano de 2015, por intermédio do Programa de Reestruturação da ECEME, a escola implementou uma série de mudanças na área do ensino. Dentre as significativas mudanças estão a adequação das estruturas de ensino e a implantação do ensino por competências.

O foco do ensino muda de conteúdo para as competências e do trabalho disciplinar para o interdisciplinar. Houve implementação dos módulos de ensino, agrupando as disciplinas e priorizando a integração de saberes. Aprimorou-se os procedimentos didáticos, com a implementação da metodologia de resolução de problemas interdisciplinares e amplo emprego das situações problemas. Tentativa de obtenção de maior precisão para a determinação do CORE⁹ (parte essencial dos conteúdos de um curso ou estágio), a partir dos Elementos de Competências.

Para a mudança de sua estrutura organizacional utilizou-se como premissa básica as missões realizadas pela ECEME: o ensino, a pesquisa e a doutrina. O ensino ficou representado pela Divisão de Ensino. A antiga seção de GLO, juntamente com as seções de Defensiva, Ofensiva e Logística, transformou-se em uma única seção, a SEFT (Seção de Emprego da Força Terrestre), inicialmente com subordinação à Divisão de Ensino (Paulo Silvio de Miranda, 2016).

O ensino das Operações militares em situação de não guerra passa a adotar a metodologia do Ensino por Competências, tendo como CORE as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. As Operações Contra F Irreg perdem a devida relevância no ensino das operações militares em situação de não guerra, e passam

7 A atual carga horária para o conteúdo Operações Complementares e Ações Comuns em Proveito da FTC é de 8 horas.

8 Competência é a ação de mobilizar recursos diversos, integrando-os para decidir e atuar em uma família de situações.

9 Núcleo essencial do conteúdo e assunto de uma disciplina.

a ficar atreladas às Operações Especiais com algumas intervenções nos diversos assuntos.

c. O atual ensino das operações militares em situação de não guerra

Nos dias de hoje, o atual ensino das Operações militares em situação de não guerra contempla a carga horária de duzentas e vinte duas horas (222 horas), ministradas aos alunos do segundo ano do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM 2º ano).

O Assunto a Força Terrestre Componente (FTC) em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) está dividido em cinco blocos de instrução, a saber: 1º - História, Direito, Estudo das Ameaças, Operações em Ambiente Interagências e Operações em Faixa de Fronteira; 2º - Garantia da Lei e da Ordem (situação de normalidade); 3º - Garantia da Lei e da Ordem (situação de não normalidade, com a decretação do Estado de Defesa ou de Sítio¹⁰), antiga Operação de Pacificação em Território Nacional; 4º - Prevenção e Combate ao Terrorismo e 5º - Operações de Paz, antiga Operação de Pacificação no exterior.

Para se atingir os objetivos educacionais, a disciplina conta com a cooperação de instrução de diversos órgãos e organizações militares. Dentre eles pode-se destacar o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e quase todos os Comandos Militares de Área, que abrillantam ainda mais as instruções.

Visando à integração, a transversalidade e a interdisciplinaridade o primeiro bloco de instrução (História, Direito, Estudo das Ameaças, Operações em Ambiente Interagências e Operações em Faixa de Fronteira) possui relevante participação de diversas seções da escola, colaborando com visões diferentes acerca das diversas situações apresentadas.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)¹¹, atual CORE das

10 Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. (República Federativa do Brasil, 1988)

11 Operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que



Operações militares em situação de não guerra, possuem a maior carga horária, com cerca de 110 (cento e dez) horas. O assunto revela-se de grande importância face o extenso histórico de emprego do Exército Brasileiro na história nacional, quer no período imperial, quer no período republicano. Dentre as últimas participações destacam-se as operações realizadas no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

A diversidade de missões e a variedade de situações que podem ocorrer nesse tipo de operação exige um cuidadoso estudo das condicionantes para o emprego das FA e para a adoção das medidas e ações adequadas às situações apresentadas (Ministério da Defesa, 2013). O ensino das Op GLO deve seguir essa mesma complexidade, apresentando aos discentes diversas situações problemas.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem em situação de não normalidade possuem um caráter de excepcionalidade. O ensino dessas operações está focado na atuação de elementos da Força Terrestre, em áreas restritas, respaldadas por diplomas de Estado de Exceção, com suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais. Esse tipo de operação normalmente é caracterizado pela ruptura da lei e da ordem ou em Operações Contra Forças Irregulares (nacionais ou estrangeiras) (MINISTÉRIO DA DEFESA, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2015).

Após mais de quatorze anos de missões no Haiti, com a participação de diversos militares, vários deles presentes hoje na escola, tanto nos corpos discente como docente, faz com que a disciplina Operações de Paz consiga gerar um amplo debate e possa ser possível explorar ao máximo as diversas técnicas de ensino. Como não poderia deixar de ser, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) participa de forma ativa nas instruções.

Com a possibilidade de participação do Brasil em uma nova missão (República Centro Africana) e com características bastante peculiares (elevado nível de violência), avulta de importância o ensino das Operações de Paz e das Operações Contra Forças Irregulares aos futuros integrantes da Força de Paz. Cabe ressaltar que o ponto de inflexão na missão do Haiti foi a mudança da doutrina de emprego que passou de “operações tipo polícia” para Operações Contra Forças Irregulares em consonância com o emprego de tropas de Operações Especiais (elemento multiplicador do poder de combate), conforme as palavras do Gen Div André Luís NOVAES Miranda.

O emprego da Doutrina mostrou-se eficaz em operações, com destaque para o funcionamento de um centro de operações táticas no batalhão, o método de estudo de situação, **o emprego das pequenas frações em opera-**

se presuma ser possível a perturbação da ordem. (Ministério da Defesa, 2013)

ções contra forças irregulares em ambiente urbano, as diversas táticas, técnicas e procedimentos para a utilização das tropas a pé e dos blindados em operações urbanas, principalmente as patrulhas, entre outros aspectos.

Essa doutrina tornou-se a referência para os demais contingentes, sendo transmitida a todos pelo CI Op Paz, e foi a base para a pacificação posterior de Cité Soleil (2007) e para a estabilização de todo o país. Esse conhecimento está codificado nesta unidade, hoje Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em notas de instrução e na experiência de seus instrutores e monitores e poderá servir, inclusive, para outras missões e **mesmo para operações de garantia da lei e da ordem (GLO) mais robustas...** (AUGUSTO RAMIRES TEIXEIRA & PASSARELLI HAMANN, 2017)

Razões do sucesso da missão no Haiti

...[- Emprego do DOPAZ (Destacamento de operações de paz, militares de Forças Especiais e Comandos) e do DOP (em alguns momentos DOAI – Destacamento de Operações Psicológicas) como elementos de manobra do BRABATT - foram utilizados como multiplicadores do poder de combate; elemento de montagem de rede de informantes e busca de informações; meio para conquista do apoio da população e mudança de imagem da MINUSTAH (força de ocupação por força de ajuda humanitária); e difusor de técnicas operacionais para a tropa]... (AUGUSTO RAMIRES TEIXEIRA & PASSARELLI HAMANN, 2017).

A escola conta também com a vibrante participação do General de Brigada Reformado Alvaro de Souza Pinheiro, professor emérito da ECEME, referência no Brasil no combate e no estudo a grupos extremistas. O General Alvaro consegue, de forma efusiva, fazer a ligação entre as operações militares em situação de não guerra do passado com os dias atuais. O General expõe uma visão bastante ampla do que é e de como se deve combater o terrorismo¹².

12 **O terrorismo** é a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento.



O terrorismo não deve ser visto como uma ação isolada, ele é uma das formas de atuação da Guerra Irregular¹³. Por tanto, o ensino desta matéria deve estar calcado¹⁴ nas Operações Contra Forças Irregulares, mostrando, mais uma vez, a importância dessas operações militares para o ensino da ECEME.

As ações militares que visem somente a reatividade perante um ataque terrorista, de forma geral, não serão exitosas. A prevenção e o combate às Forças Irregulares que ameacem¹⁵ realizar esse tipo de atividade são a chave para o êxito dessas operações.

O Programa Interdisciplinar (PI) do CCEM 2º ano, do ano de 2016, teve como tema a Segurança Integrada¹⁶. O PI, sob a direção dos instrutores da Seção de Emprego da Força Terrestre (SEFT), contou também com a participação de várias seções da escola. O trabalho teve como ponto forte a execução da atividade em perfeita harmonia entre o trabalho acadêmico e o Ensino Militar Bélico. Como resultado, foi apresentado ao Comando de Operações Terrestres (COTer) a minuta do Manual de Segurança Integrada. Uma das propostas apresentadas no trabalho foi a importância das Op C F Irreg e sua inclusão dentro das “Operações de Segurança Integrada”.

Ainda, como parte do atual ensino das operações militares em situação de

13 **Guerra irregular** é todo conflito armado conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídico-institucional. É a guerra travada por uma força não regular. São consideradas formas de GI nesse contexto: a guerra de guerrilha; a subversão; a sabotagem; **o terrorismo**; e a fuga e evasão. (Ministério da Defesa E., manual de Campanha - Operações Especiais, 2017)

14 Que foi retratado a partir de um padrão, molde etc.

15 Ameaças são atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

16 Na perspectiva da **Proteção Integrada**, contida no Manual de Operações do Exército, passou-se a abranger todas as medidas necessárias para proteger a sociedade, num esforço essencialmente interagências, nas seguintes atividades: garantia dos poderes constitucionais; garantia da lei e da ordem; proteção de estruturas estratégicas; prevenção e combate ao terrorismo; e participação da Força Terrestre em ações na faixa de fronteira. Esse repertório de atividades é conduzido pela Força Terrestre nas Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, alcançando sete possibilidades de emprego, sendo cinco delas reunidas sob a demanda da Proteção Integrada (garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; proteção de estruturas estratégicas; ações na faixa de fronteira; prevenção e combate ao terrorismo; e ações sob a égide de organismos internacionais), e somadas ao emprego no apoio à política externa em tempo de paz ou de crise; e às atribuições subsidiárias.

Percebe-se que o termo “Proteção Integrada” é de natureza restritiva, pois limita o entendimento a situações concretas quanto ao bem proteger e aos atores intervenientes. O conceito de “Segurança Integrada” é o mais adequado à atuação conjunta em ambiente interagências e, consequentemente, é mais apropriado para os estudos doutrinários.

não guerra, está a efetiva participação nos diversos temas do recém-criado Observatório Militar da Praia Vermelha. Dentre os temas de maior interesse está a Prevenção e Combate ao Terrorismo.

d. As Operações Contra Forças Irregulares (Op C F Irreg) e o ensino das operações militares em situação de não guerra na ECEME

Conforme apresentado no histórico do ensino das operações militares em situação de não guerra na ECEME, as Op C F Irreg tiveram, por mais de quarenta anos, posição de destaque. Após esse período, o assunto foi diluído em outros temas e até “abrandecido”, vindo a ser apresentado na forma de Op GLO.

A associação das Op C F Irreg a luta contra grupos insurgentes¹⁷, foi a grande responsável por esta mudança. De igual forma, a associação do tema, de forma errada, como sendo atividade exclusiva das Operações Especiais também colaborou para tal situação. Porém, as Op C F Irreg são muito mais abrangentes, e a condução e a manutenção desse conhecimento deve ser de responsabilidade de toda a Força Terrestre.

As Op C F Irreg devem ser entendidas como operações complementares as OCCA, podendo ser, de certa forma, “escalonadas” de acordo com o uso da força e da liberdade de emprego da tropa. As Operações de Contrainsurgência (já entrando no contexto de uma Guerra Irregular), estariam no ápice desta pirâmide. Na base, estariam as Op GLO onde o uso da força deve ser restrito ao mínimo indispensável.

OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

4.1 Generalidades

4.1.1 O emprego da força nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem assentar-se-á na observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade.

4.1.2 A Razoabilidade consiste na compatibilidade entre meios e fins da medida. As ações devem ser comedidas e moderadas.

4.1.3 A Proporcionalidade é a correspondência entre a ação e a reação do oponente, de modo a não haver excesso por parte do integrante da tropa empregada na operação.

4.1.4 A Legalidade remete à necessidade de que as ações devem ser praticadas de acordo com os mandamentos da lei, não podendo se afastar da mesma, sob pena de praticar-se ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso (Ministério da Defesa, 2014).

17 **Contrainsurgência** - Esta operação está no contexto da Op C F Irreg. As insurgências podem ser motivadas por razões político-ideológicas, étnicas, religiosas e/ou econômicas. As reivindicações e metas podem abranger a mera interrupção de políticas governamentais, a **derrubada do poder constituído ou a completa redefinição da ordem política e social vigente**.



Para se ter uma ideia da amplitude do emprego e da importância do ensino das Op C F Irreg nas operações militares em situação de não guerra, destaca-se o caso da Organização Criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo o Major Genial, aluno do CCEM 2º ano, as diversas práticas do PCC se enquadram nas etapas de uma Guerra Irregular. Desta forma o conhecimento das Op C F Irreg é de fundamental importância para a resolução do problema, quando da determinação do emprego das Forças Armadas.

Observamos que diversas práticas do PCC se enquadram nas etapas de desenvolvimento de uma GI, conforme apresentando em capítulo anterior, sendo as mais evidentes, a ênfase nos trabalhos de organização e expansão, a primazia do combate subterrâneo e das ações clandestinas, a execução esporádica de ações ostensivas de pequena envergadura, passando à condução de operações ostensivas de maior envergadura, a disponibilidade de uma fonte segura de subsistência e obtenção de receita baseada no tráfico de drogas, a disponibilidade de áreas liberadas como nos presídios e comunidades, a capacidade de exercer o controle direto sobre parcela da população local, a construção de hierarquias paralelas que suprem, de forma implícita e a ausência do Estado e atendem às demandas básicas da população local (GENIAL, 2017).

A ordem global contemporânea tem se caracterizado por um ambiente multipolar e assimétrico, no qual prevalecem a incerteza e a possibilidade de inúmeros atores gerarem insegurança, (CESAR BARBOSA CID & CAJAZEIRA, 2017) O atual contexto em que vivemos apresenta desafios mais complexos do que os enfrentados no período da Guerra Fria. Diante disso, o ensino das Op C F Irreg volta a ser de grande relevância para o Exército Brasileiro e em especial para a ECEME.

III. CONCLUSÃO

Desde a década de 1960 até os dias atuais, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército vem ensinando, além das consagradas operações militares em situação de guerra, as operações em situações de não guerra, desenvolvendo competências importantíssimas em seus oficiais alunos.

O atual modelo de ensino das operações militares em situação de não guerra na ECEME está em constante evolução. Essa evolução, como não poderia deixar de ser, vem acompanhando as mudanças no ambiente operacional e no momento histórico em que se vive.

Pode-se inferir que o atual ambiente é volátil, incerto, complexo e de alto risco, configurando uma dinâmica de difícil interpretação e controle. Nesse con-

texto, o estudo das operações militares em situação de não guerra na ECEME, em particular das Operações Contra Forças Irregulares, continua de grande relevância para a formação dos futuros oficiais de estado-maior.

REFERÊNCIAS

- Augusto RAmires Teixeira, C., & Passarelli Hamann , E. (2017). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** Rio de Janeiro.
- Cesar Barbosa Cid, M., & Cajazeira , J. (14 de agosto de 2017). **A Força Terrestre e o conceito de Segurança Integrada.** Fonte: Blog do Exército Brasileiro: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/a-forca-terrestre-e-o-conceito-de-seguranca-integrada>
- Elesbão, F. (2002). **Evolução do ensino na ECEME: mapeamento dos cursos, metodologia de ensino, disciplinas, assuntos, objetivos e ênfase.** Rio de janeiro: ECEME. Fonte: Biblioteca: file:///C:/Users/Gusta_000/Documents/ECEME/Artigo%20NG/artigo%20NG/00001412.pdf
- Fernandes de Berredo Guimarães, M. (2016). **Ensino por Competências: Realidade que se concretiza no Exército Brasileiro e na sua Aviação com o processo de Modernização do Ensino.** Pegasus.
- Genial, R. O. (2017). **O Primeiro Comando da Capital e a Guerra Irregular.** Rio de Janeiro.
- Ministério da Defesa. (2013). **Manual Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10** (1ª Edição/2013). Brasília.
- Ministério da Defesa. (2014). **Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10** (2ª Edição/2014). Brasília.
- Ministério da Defesa, E. (2013). **Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: Curículo e Avaliação** (IREC - EB60-IR-05.008). Brasilia.
- Ministério da Defesa, E. (2017). **Manual de Campanha - Operações Especiais.**
- Ministério da Defesa, E. (2017). **Manual de Campanha Operações - EB70-MC-10.223** - 5 edicao.
- Ministério da Defesa, Exército Brasileiro. (2015). **Manual de Campanha Operações de Pacificação - EB20-MC-10.217.** Brasília.
- Ministério da Defesa, O. (30 de agosto de 2017). Fonte: Ministério da Defesa **Operações Interagências:** http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33_m_12_op_interagencias_2_ed_2017.pdf
- Paulo Silvio de Miranda, D. (2016). **Histórico do Projeto de Reestruturação da ECEME.** Rio de Janeiro.
- República Federativa do Brasil. (1988). [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017 .. Brasília: (Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal).



INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.eb.br (padeceme@eceme.ensino.eb.br)

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885